



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**NO QUE ACREDITAMOS E O QUE FAZEMOS:
A VIOLÊNCIA SEXUAL NAS RELAÇÕES
AMOROSAS EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

Mestranda | Patrícia Alexandra Condeço Ramos

Orientação | Prof^a Doutora Maria de Fátima Campos Bernardo

Mestrado em Psicologia

Área de Especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Évora, 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia

Especialização em Psicologia Clínica

**No que acreditamos e o que fazemos: A violência sexual nas
relações amorosas em jovens universitários**

Patrícia Alexandra Condeço Ramos

Presidente do Júri | Prof^a Doutora Heldermerina Samutelela Pires

Arguente | Prof^a Doutora Isabel Maria Marques Mesquita

Orientadora | Prof^a Doutora Maria de Fátima Campos Bernardo

Évora, 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Agradecimentos

Se em tudo o que fazemos, precisamos das pessoas certas ao nosso lado, então eu tive a enorme felicidade de ter não só as mais acertadas como também as imprescindíveis. Não existem palavras que possam enaltecer o papel de cada um de vocês nem que descrevam o quanto vos estou grata. Obrigada pela vossa autenticidade, pela vossa paciência, pelo vosso carinho, pela vossa atenção, pela vossa dedicação, pelos vossos sorrisos, pela vossa ajuda e, sobretudo, por me terem permitido entrar nesta aventura à minha maneira. Cumpri a minha promessa, cheguei à meta!

Professora e verdadeira companheira nesta viagem, obrigada por tudo, mas acima de qualquer coisa obrigada por não ter desistido de mim, devo-lhe grande parte deste trabalho.

Mãe, obrigada por me teres ensinado a nunca a baixar os braços.

Pai, obrigada por me mostrares que o único caminho a seguir é aquele que implica trabalho e muita, mas muita dedicação.

Mana, obrigada por seres a minha fonte de diversão durante este percurso.

Avó, obrigada por me teres demonstrado que o amor é o elo que nos liga a tudo aquilo que fazemos.

Madrinha, obrigada pelas incontáveis horas de consolo, de mimo, de animo e de controlo constante, por tudo.

Tios, obrigada por me mostrarem o quanto sou única.

Margarida, obrigada pela ajuda, sem ti não tinha sido possível iniciar a parte metodológica.

Florabela, obrigada pela tua preocupação constante.

A todos os participantes obrigada pela vossa sinceridade e participação.

Estou tão grata por me terem ensinado tanto, por me terem permitido deixar um bocadinho daquilo que sou convosco e sobretudo, por me indicarem como é bom arriscar!

É a vocês que dedico este trabalho.

No que acreditamos e o que fazemos: a violência sexual nas relações amorosas em jovens universitários

Resumo

A violência na intimidade pode adquirir múltiplas formas, sendo a violência sexual a menos estudada. Assim, o objetivo desta dissertação é caracterizar as atitudes, explícitas e implícitas, e as crenças dos estudantes universitários, em relação à violência sexual, como identificar os comportamentos sexuais coercivos praticados e sofridos, nas suas relações amorosas. Duas variáveis foram exploradas, o gênero e a experiência de abuso no passado. Os resultados evidenciam uma prevalência de 12,8% a 24,4% para a vitimização e uma prevalência de 1,2% a 29,1% para a prática, o que confirma os resultados de outros estudos recentes. Verifica-se a existência de uma cultura predominante de não-legitimação de violência sexual e uma não-aceitação da violência íntima, em termos explícitos, mas em termos implícitos, existe uma percentagem não desprezível de atitudes positivas, em relação à violência. O gênero e a experiência anterior de violência revelam-se variáveis importantes na compreensão da violência tanto sofrida como infligida.

Palavras-chave: gênero, intimidade, violência, valores, pressão

What we believe and what we do: sexual violence in university students' love relationships

Abstract

Intimacy violence can take many forms, with sexual violence being less studied. Thus, the purpose of this dissertation is to characterize the explicit and implicit attitudes and beliefs of university students regarding sexual violence, such as identifying the coercive sexual behaviours practiced and suffered in their relationships. Two variables were explored, gender and experience of abuse in the past. The results show a prevalence of 12.8% to 24.4% for the victimization and a prevalence of 1.2% to 29.1% for the practice, which confirms the results of other recent studies. There is a predominant culture of non-legitimization of sexual violence and non-acceptance of intimate violence, in explicit terms, but in implicit terms, there is a not inconsiderable percentage of positive attitudes towards violence. Gender and previous experience of violence are important variables in understanding the violence suffered and inflicted.

Key-words: gender, intimacy, violence, values, pression

Índice

Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento Teórico	4
Capítulo 1. Violência sexual: Concetualização e caraterização	4
1.1. Contextualização, definição e tipos de violência sexual.....	4
1.2. Violência sexual nas universidades portuguesas e internacionais	6
1.3. Fatores de risco e consequências	9
Capítulo 2. Crenças e atitudes	11
2.1. As crenças e as atitudes legitimadoras da violência na intimidade	11
2.2. Atitudes explícitas e atitudes implícitas	15
2.3. A cultura, as crenças e a prática da violência	16
Capítulo 3. Género e experiência de abuso na infância	19
3.1. O impacto do género na violência sexual	19
3.2. O impacto da experiência de abuso na infância na violência sexual	20
Parte II – Estudo Empírico	21
Capítulo 4. Metodologia	21
4.1. Objetivos de investigação	21
4.2. Amostra	21
4.3. Instrumentos	24
4.3.1. Teste de Associação Implícita.....	24
4.3.2. Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual	26
4.3.3. Escala de Crenças sobre Violência Sexual	26
4.3.4. Escala de Coerção Sexual do Agressor e da Vítima	27
4.3.5. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas 2	28
4.4. Procedimento de recolha de dados	28
Capítulo 5. Análise de dados	29

5.1. Consistência interna das escalas	29
5.2. Cálculos referentes ao teste de associação implícita	31
Capítulo 6. Resultados	31
6.1. Caracterização das atitudes explícitas e implícitas	32
6.2. Caracterização das crenças legitimadoras de violência sexual	33
6.3. Prevalência dos diferentes tipos de coerção sexual e das estratégias coercivas.....	34
6.4. Relação entre atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos....	40
6.5. Género	44
6.6. Experiência de abuso na infância	47
Capítulo 7. Discussão	49

Índice de Tabelas

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Tabela 2. Historial de violência

Tabela 3. Consistência interna das escalas

Tabela 4. Média e desvio-padrão dos tempos de resposta

Tabela 5. Informação sociodemográfica dos participantes com *DScore* negativo

Tabela 6. Média e desvio-padrão das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

Tabela 7. Média e desvio-padrão da Escala de Crenças

Tabela 8. Média e desvio-padrão da Escala de Coerção Sexual da Vítima e do Agressor

Tabela 9. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual da Vítima

Tabela 10. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual do Agressor

Tabela 11. Média e desvio-padrão das Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual

Tabela 12. Frequências de resposta às Escalas de Táticas de Conflito 2

Tabela 13. Informação sociodemográfica dos participantes com resposta positiva às Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual

Tabela 14. Correlações

Tabela 15. Resultados do *T-Student* para a variável gênero

Tabela 16. Resultados do *T-Student* para a variável experiência de abuso na infância

Tabela 17. *DScore*

Lista Braquigráfica

OMS – Organização Mundial da Saúde

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

ECVS – Escala de Crenças sobre Violência Sexual

ETC2 – Escalas de Táticas de Conflito Revisadas 2 (subescala coerção sexual)

ECS-Agressor – Escala de Coerção Sexual do Agressor

ECS-Vítima – Escala de Coerção Sexual da Vítima

TAI – Teste de Associação Implícita

AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência

Índice de Anexos

Anexo I. Termo de consentimento de participação

Anexo II. Questionário sociodemográfico

Anexo III. Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

Anexo IV. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas 2 (ETC2)

Anexo V. Escala de Coerção Sexual do Agressor e da Vítima

Anexo VI. Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

Anexo VII. Teste de Associação Implícita - Lista de palavras

Anexo VIII. Teste de Associação Implícita: Bloco de treino e restantes ensaios

Anexo IX. Pedido de autorização para aplicação da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Anexo X. Tabela 17. *D*Score

Introdução

“A violência sexual é o último reduto que é preciso destapar.”

(Catarina Marcelino, 2017)

A violência nas relações amorosas é, hoje, um grave problema de saúde pública, a nível mundial, uma pesada violação dos direitos humanos e uma das formas mais graves de concretização de violência, nas sociedades ocidentais (Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007; Barroso, 2017).

O impacto destas mesmas vivências, nas suas vítimas, tem sido documentado e discutido, ao longo das últimas décadas. O mesmo pode manifestar-se em termos físicos, psicológicos, financeiros e sexuais. Desta forma e indo de encontro ao tema principal deste trabalho de investigação, a violência sexual abrange um vasto conjunto de atos violentos como a violação, o abuso sexual de menores, a prostituição forçada, o tráfico humano para exploração sexual, a mutilação genital feminina e a iniciação sexual forçada (WHO, 2003; Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007; Barroso, 2017).

A violência sexual refere-se a um ato violento, agressivo e hostil, que impõe, sobre a vítima, comportamentos degradantes, dominadores, humilhantes, aterradores e controladores (Lewis & Fremouw, 2001).

Caraterizada como sendo um crime universal, cruza os limites da cultura, da classe socioeconómica, do nível de escolaridade, da idade, da orientação sexual, do género, da etnia e da religião (Malyadri, 2013; Thornton, 2014). A sua variabilidade encontra-se nos padrões e nas tendências socioculturais existentes em cada país, sendo o género feminino, incluindo as minorias sociais, o grupo mais vulnerável (Malyadri, 2013).

Em Portugal, a violência no namoro encontra-se tipificada como um crime de violência doméstica e, é conseqüentemente, um crime público, podendo ser denunciado por qualquer pessoa, junto das autoridades competentes. Desde 2013 que, esta partilha de cariz penal idêntico à violência doméstica (Dec. Lei nº 400/82 de 21 de fevereiro).

Os jovens universitários têm sido alvo de destaque, em diversos estudos, por apresentarem um índice alarmante de violência sexual experienciada por parte do seu parceiro (Muñoz-Rivas, Gómez, O'Leary & Lozano, 2007).

Um estudo de 2011, revelou que, um em cada quatro estudantes universitários estava envolvido em relações íntimas violentas, tendo já experienciado pelo menos um ato abusivo (Miller, 2011).

Nos últimos anos, outros estudos evidenciam que, as universidades não são tão seguras como transparecem ser, uma vez que, a incidência e a prevalência de vários tipos de violência sexual, sobretudo, contra o gênero feminino, ocorre numa frequência preocupante, o que resulta na percepção de uma maior necessidade de proteção nestes espaços do que em locais públicos (Fisher, Cullen & Turner *cit. in* Vanderwoerd, 2009).

Anderson (*cit. in* Schatzel-Murphy, Harris, Knight & Milburn, 2009) indicou que, as estudantes universitárias se comportam, estereotipicamente, de alguma forma que não a esperada face ao seu papel de gênero, já que são agressivas, em termos sexuais, tal como os homens, em situações semelhantes, o que as coloca em risco de se envolverem, por determinadas vezes, em episódios graves de agressão sexual.

Num estudo conduzido, por Paiva e Figueiredo, em Portugal, (2004), a coerção sexual era o segundo tipo de abuso mais prevalente, junto dos jovens universitários portugueses, atingindo valores que abrangiam entre os 18,9% e os 25,6% da comunidade estudantil. Os estudantes do gênero masculino praticavam mais atos sexuais violentos (33,7% a 38%), porém eram, ao mesmo tempo, as principais vítimas de abuso físico com sequelas (6,9% a 7,5%). Aqui, a agressão ocorria por iniciativa de ambos, os parceiros.

Por outro lado, nos Estados Unidos da América e no Canadá, investigações destacam a violência física como o tipo de abuso mais comum nas suas universidades, contudo um terço dos seus estudantes já experienciaram alguma forma de violência sexual (Straus, 2004; Adhikari, 2013).

Em termos mundiais, Aldrighi (2004) destaca a violência psicológica e a coerção sexual como os tipos de abuso mais prevalentes, nas universidades.

Outros estudos nacionais e internacionais indicam que, apesar da relevância do tema da violência na intimidade entre os gêneros, os estudantes uni-

versitários dissociam-se desta mesma percepção de violência nas suas relações de namoro, desculpando ou, até mesmo, legitimando os comportamentos violentos ocorridos. Estes resultados apenas podem ser contextualizados, compreensíveis e relevantes se a sua leitura considerar o o esquema de crenças e de atitudes legitimadoras da prática de violência no namoro, bem como, os comportamentos violentos praticados, quer pelos estudantes do Ensino Superior, quer pela sociedade em geral (Mendes, Duarte, Araújo & Lopes, 2015).

É mais fácil, para cada um de nós, enquanto ser individual e enquanto parte integrante da sociedade, aceitar os demais mitos que assombram a violência sexual, do que mudar as próprias perspectivas religiosas, sociais e culturais adjacentes aos comportamentos sexuais considerados aceitáveis, por todos. Em particular, devido à dificuldade em estabelecer e em desconstruir os limites que definem o que é e o que não é um ato sexual abusivo numa relação, onde a ligação e a partilha, entre o casal de namorados não é de todos similar à presente num casamento (Butchart, Garcia-Moreno & Miktou, 2012).

Assim, este estudo procura avaliar as percepções e a prevalência dos comportamentos sexuais coercivos praticados e sofridos, nas relações de namoro, pelos estudantes universitários. Para tal, foi realizado um estudo, com estudantes universitários, em que foram avaliadas as suas atitudes, a nível explícito e implícito, assim, como as suas crenças, em relação à violência sexual.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes principais, a primeira referente, às questões teóricas e a segunda ao estudo empírico. O primeiro capítulo procura definir e concetualizar os principais conceitos teóricos envolvidos na temática em causa, destacando os fatores de risco, as consequências e a dimensão nacional tal como internacional do fenómeno em causa. O segundo capítulo apresenta uma concetualização quanto ao significado da sexualidade para os jovens, nos dias de hoje. O terceiro capítulo foca-se na descrição do papel fulcral das crenças e das atitudes na difusão da violência sexual, no namoro. O quarto capítulo procura demonstrar o contributo do género e da experiência de abuso na infância na prática e na vitimização de atos sexuais coercivos. Os restantes capítulos descrevem o modo como foi construído o estudo empírico, os resultados, as conclusões e as limitações deste.

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Violência sexual: Concetualização e caraterização

1.1. Contextualização, definição e tipos de violência sexual

A natureza relacional do ser humano demonstra que, este consegue estabelecer ligações de afeto com terceiros, assumindo nas suas relações um papel cordial, mas também um papel violento enquanto mecanismo de resposta ao conflito que se estabeleceu na dinâmica relacional (Oliveira & Sani, 2005).

Namorar é, certamente, uma das atividades mais central na vida, de um jovem universitário, cuja identidade pessoal dependerá das experiências distintas que viver, incluindo as suas interações no foro amoroso, já que este entra, durante esta fase, nas suas primeiras relações íntimas com objetivos de amor, de amizade, de sexo e de felicidade (Oliveira & Sani, 2005).

A gravidade e o risco da violência, nas relações de namoro, devem-se ao fato de esta funcionar por si só como um precursor da violência quando a relação está mais consolidada e institucionalizada (González-Ortega, Echeburúa & Paz de Corral, 2008)

Desta forma, a violência no namoro define-se como:

“todo o ato, omissão, atitude ou expressão que gere ou que tenha potencial de gerar injúria ou dano emocional, físico ou sexual no parceiro com o qual se partilhe uma relação íntima sem vínculo matrimonial ou em união de fato” (WHO, 2003, p.15).

Apesar de, o género feminino ser o mais atingido, as vítimas, em geral, interpretam os episódios de violência sexual como respostas normativas perante o ciúme vivenciado pelo parceiro, minimizando tais atos. Contudo, as relações dos jovens casais são agora pautadas pela violência bidirecional, o que implica o aumento da probabilidade de ambos os parceiros serem, na relação, ao mesmo tempo tanto o agressor como a vítima (Almeida, 2008).

A cada dia da relação, a violência estabelece-se e embora um dos objetivos do agressor seja infligir sofrimento, trata-se, essencialmente, de um jogo relacional que procura satisfazer a necessidade de poder e de competência, dando origem ao pólo domínio-submissão, o qual reflete as atitudes típicas que cercam, oprimem e estimulam o estabelecer de uma verdadeira culpa corrosiva nas vítimas (Barberá, 2004) e o permanecer na relação, comprovando que

quanto mais séria e envolvente for a relação, maior será a escalada de violência (Hanley & O'Neill, 1997) e maior será a aceitação junto dos outros (Bethke & DeJoy, 1993).

De um ponto de vista mais técnico, pode-se afirmar que o que define a presença de atos sexuais violentos é quando estes ocorrem sem qualquer tipo de consentimento, sem igualdade e como resultado de uma coerção/ameaça (Barroso, 2017; Marcello, 2018).

Referir que, o tipo de violência praticado poderá ocorrer como um meio defensivo face ao abuso vivenciado pelo(a) parceiro(a), mas também como uma estratégia comunicativa para resolver os seus conflitos (Kimmel, 2002).

Em situação de coabitação, a probabilidade de ocorrer comportamentos abusivos aumenta em comparação com a situação de um casal que não partilhe casa, já que o isolamento, o controlo e pouca autonomia reforça o abuso (Moffit & Caspi, 1999).

A OMS define a violência sexual como: *“qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejadas, ou atos de tráfico ou atos dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa, a partir da coerção, por qualquer pessoa, independentemente, da sua relação com a vítima, em qualquer contexto, incluindo, mas não limitado ao contexto familiar e ao contexto laboral”* (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002, p.11).

A violência sexual inclui ainda, outros comportamentos¹ que ocorram de forma a obter algum tipo de ganho sexual, nomeadamente, o toque indesejado, a agressão sexual, o assédio sexual², a coerção sexual e o abuso sexual (Kelly, 1995; Krug *et al.*, 2002).

Pode englobar diversos tipos de violação desde que, o ato envolva um órgão sexual, implicando o contacto forçado entre a mão ou o objeto e o pénis

¹ Diversas vezes, estes termos são considerados sinónimos, contudo, cada um deles implica uma definição legal, médica e social distinta, dependendo da situação e do local geográfico onde ocorram (WHO, 2003).

² Considerar também como assédio a *pornografia por vingança*, a qual procurar difamar a pessoa através da partilha de fotografias ou vídeos sexuais, nas redes sociais ou na internet (Rights of Women, 2014).

e/ou vagina e/ou ânus (Jewkes, Garcia-Moreno & Sen, 2002)

De salientar que, a coerção sexual complementa um variado espectro de estratégias com o intuito único da gratificação sexual imediata para o(a) agressor(a). À parte da força física, envolve a intimidação psicológica, a sedução, o aliciamento, a chantagem, a ameaça e a falta de consentimento, sobretudo quando a vítima não é capaz de impedir a agressão por se encontrar alcoolizada, drogada, inconsciente ou, mentalmente, incapaz de consentir a situação (Krug *et al.*, 2002; Adams-Curtis & Forbes *cit. in* Vanderwoerd, 2009; European Institute for Gender Equality, 2017).

Para provocar a incapacidade na vítima o(a) namorado(a) pode recorrer às conhecidas “*drogas de violação*” tais como o rupinol, denominado como o “comprimido do esquecimento”, o *GHB*, a cetamina e o ecstasy (National Clearinghouse on Family Violence, n/d).

Num estudo de Matos, Machado, Caridade & Silva (2006) é evidenciado que, ideias erróneas como o apalpar, o tocar contra a vontade, o ter ciúme possessivo ou, até mesmo, o pressionar para a realização do ato sexual não são considerados comportamentos sexuais violentos, nas relações de namoro, uma vez que os parceiros consideram ter direito a explorar o corpo dos seus pares tal como a receber uma prova do seu amor, isto é podem e devem realizar algumas retaliações para poderem garantir a harmonia da relação.

Salientar que, uma pessoa poderá ser violenta, em termos sexuais, apenas com uma só pessoa ou com várias pessoas (*i.e.*, violação em grupo), atacando de forma planeada ou de surpresa. A mesma será, provavelmente, um amigo, um familiar, o namorado, um estranho ou um colega. De alertar que, o mesmo não implica a construção estereotipada do agressor, já que por sua vez, este provém de qualquer meio social-educativo, partilhando talvez uma posição de poder e de respeito para com a vítima (Jewkes *et al.*, 2002).

1.2. Violência sexual nas universidades portuguesas e internacionais

Para muitos estudantes, o local onde mais experienciam coerção e assédio sexual é na universidade (Krug *et al.*, 2002; AMCV, 2018).

Quando considerada, em contexto universitário, a violência sexual espelha-se, muitas das vezes, em situações de violação, de assédio sexual e de *sexting*³, contudo o número referente às denúncias continua a ser residual, já que não existe, na generalidade, uma consciência da gravidade destes comportamentos, porque os mesmos estão naturalizados pela cultura da legitimação de violência sexual (Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018), desativando qualquer comportamento de denúncia e de prevenção adjacente (Mendes *et al.*, 2015).

Reis, Ramiro, Gaspar de Matos e Diniz (2012), no seu estudo, indicam que, os estudantes universitários referem ter relações sexuais com outra pessoa além do(a) seu(sua) parceiro(a), vários parceiros sexuais ocasionais e, até mesmo, relações sexuais sob o efeito de álcool ou de drogas.

O Observatório da Violência no Namoro, gerido pela Associação Plano i, a partir do Estudo Nacional da Violência no Namoro, afirma que, no Ensino Superior, uma em cada dez vítimas de violência sexual já sofreu ameaças de morte e que apesar de mais de metade dos casos reportar situações de abuso físico, não reconhece necessitar de apoio especializado. Trinta e sete por cento dos estudantes universitários inquiridos admite já ter praticado violência em geral sob o(a) seu(sua) namorado(a). Um quinto das estudantes já viu a sua imagem física e a sua deslocação a lugares que frequentam a serem controladas e 8% já fora obrigada a praticar comportamentos sexuais não desejados. Como justificação das agressões 67,1% dos inquiridos considera dever-se aos ciúmes, 35,1% a problemas mentais presentes nos agressores, 29,6% ao consumo de álcool, 19,5% a problemas familiares e 19,5% à conduta da vítima (Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018).

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), num estudo conduzido entre 2017 e 2018, em Portugal, revelou que uma em cada cinco universitárias, já sentira algum tipo de pressão sexual nas suas relações de intimidade. Quanto ao uso de meios como a chantagem, a ameaça ou a manipulação, meios de coerção sexual, 21,7% das mulheres e 9,3% dos homens

³ Definido como o enviar, o receber ou o encaminhar de mensagens, de imagens ou de fotos, sexualmente, explícitas, sobretudo a partir de um dispositivo móvel. Em 2015, oito em cada dez jovens adultos praticava *sexting*, de forma a garantir a sua satisfação sexual (Klettke, Hallford, & Mellor *cit. in* Stasko & Geller, 2015)

afirmam já terem sido vítimas, a fim de praticarem algum ato sexual não consentido. Noventa e quatro por cento das mulheres revelam já ter sido alvo de assédio sexual e 12,3% reportam já terem sido violadas. Contudo, 9,5% das estudantes e 11,8% dos estudantes indicam ter sido vítimas dentro do grupo de amigos, ao passo que, 59,8% das mulheres e 52,9% dos homens referem o terem sido às mãos dos(as) seus(suas) parceiros(as) ou ex-parceiros(as). Os restantes afirmam ter sofrido estes comportamentos às mãos de docentes, conhecidos, colegas ou superiores hierárquicos. Mais dados indicam que, os principais agressores são do género masculino. Os homens são, também, vítimas de formas sexuais consideradas “mais leves” como os toques sexuais indesejados, ao passo que, 14,4% das mulheres declaram ter sofrido pelo menos uma tentativa de violação, no meio universitário (UMAR, 2018).

A presente dissociação da perceção da violência nas relações de namoro por parte dos estudantes do Ensino Superior só é compreensível se inserida nos comportamentos específicos deste grupo. Se a entrada na universidade é definida como um período de delimitação de limites, quer por estar dentro, quer por estar fora do mundo dos adultos, constantemente, deve-se considerar que, estes são confrontados com a obrigação de redefinirem a sua identidade, tendo que se basear, agora, nas suas experiências, na sua própria definição de limites pessoais e grupais, no assumir de novas responsabilidades e no confronto com as práticas de convivialidade e de associativismo, significativamente, novas (Mendes *et al.*, 2015).

Vários estudos demonstraram que, as mulheres que possuem formação superior apresentam 20% a 50% de menos probabilidade de serem vítimas de violência sexual por parte do seu parceiro do que as mulheres que apresentam um menor nível de escolaridade (Flake, 2005; Fehringer & Hindin, 2009). Os homens com formação académica superior apresentam uma probabilidade de menos 40% de serem agressores de violência sexual, nos seus relacionamentos, em comparação com os homens que possuem uma formação escolar inferior (Johnson & Das, 2009).

Straus (2004) estudou trinta e uma universidades, em países da Europa, América Latina, América do Norte e Ásia, concluindo que, tanto para homens como para mulheres a agressão e as injúrias físicas estavam presentes. Isto é,

29% dos estudantes, no ano anterior, teria sido, fisicamente, agredido, porém quanto à agressão sexual eram as mulheres, esmagadoramente, as vítimas. Tendo em consideração, a severidade das agressões, 9,4% dos estudantes denunciou ter o sido, gravemente, necessitando de ajuda médica. Já, 45% dos entrevistados relatou ter sofrido, ao longo da relação, atos físicos violentos.

1.3. Fatores de risco e consequências

Perante a impossibilidade de analisar, separadamente, o fenómeno dos seus atores principais, nas últimas três décadas, a investigação contemporânea, identificou inúmeros fatores associados tanto à prática como à vitimização, assim como à iniciação e à permanência da violência na relação (Lewis & Fremouw, 2001).

São diversos os fatores que podem aumentar o risco de alguém ser coagido através do sexo ou de ser forçado ao ato sexual por outra pessoa. Alguns destes fatores encontram-se relacionados com as atitudes, com as crenças e com os comportamentos dos indivíduos envolvidos, ao passo que outros estão, profundamente, enraizados no condicionamento social como no ambiente familiar, comunitário e do grupo de pares (Jewkes *et al.*, 2002; WHO, 2003).

O modelo ecológico de Dahlberg e Krug organiza os fatores de risco em quatro níveis de influência (individual, relacional, comunitário e social), o qual sustenta não só a abordagem abrangente do risco, de uma pessoa, se tornar vítima ou agressor de violência sexual como quais as normas, as crenças, os sistemas de valores, os aspetos sociais e económicos que geram as condições favoráveis para a ocorrência de comportamentos sexuais violentos. Na esfera individual encontram-se os fatores biológicos e pessoais; na esfera relacional, os fatores que moldam os relacionamentos íntimos, com os pares e com a família; na esfera comunitária, os contextos comunitários em que as relações se desenvolvam e na esfera social, os fatores que influenciam a nível macrossocial a violência praticada (Dahlberg & Krug, 2002; Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007).

A nível individual são variáveis facilitadoras da prática e da vitimização de violência sexual a idade, a escolaridade, o estado civil, o estatuto

socioeconómico, a exposição de abuso na infância, a doença mental, a personalidade antissocial, o consumo de substâncias e a tolerância à violência. A nível relacional encontram-se fatores como a infidelidade e a existência de múltiplos parceiros. A nível comunitário a prática da punição deste crime. Por último, a nível social a desigualdade de género, a capacidade de providenciar segurança nos ambientes físicos envolventes à vítima, os sistemas de crenças religiosas e/ou culturais, sobretudo, as ideologias do direito masculino ao ato sexual, as sanções legais, em vigor, as normas sociais e político-económicas (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999; Dahlberg & Krug, 2002; Archer, 2006) e a exposição ao divórcio parental (Oliveira & Sani, 2005)

Deve-se, ainda, ter em conta para a vitimização fatores individuais como a autoestima e o *insight* por estes retratarem a capacidade da vítima em tolerar e em combater o stresse causado pela violência vivenciada. Se as estratégias de *coping* influenciam a resposta na prevenção, na redução e na resolução dos conflitos internos, neste caso a vítima utiliza, múltiplas vezes, o desajustamento emocional, para se distanciar do abuso sofrido, o que implica a diminuição da sua disponibilidade emocional para lidar com a situação (Coffey, Leitenberg, Henning, Bennett & Jankowski, 1996; Sullivan, Schroeder, Duddley & Dixon, 2010). Já uma baixa autoestima está associada a uma maior tolerância à violência no namoro, o que conduz a uma maior tendência a perdoar o abuso ocorrido (Katz, Streer & Alias, 1997; Kaura & Lohman, 2007).

Quanto a fatores de proteção pode-se destacar a vivência de uma infância saudável, o suporte da própria família perante uma situação abusiva, viver numa família estruturada, pertencer a uma associação cultural e a capacidade de reconhecer o risco de violência (Butchart et al., 2012).

As consequências manifestam-se tanto a curto como a longo prazo e podem influenciar e alterar, radicalmente, o curso de vida da vítima, sobretudo nas situações de abuso sexual, devido aos seus efeitos psicológicos devastadores. Tal como não existe a típica vítima, não existe, também, a típica reação, uma vez que, as suas consequências variam, consideravelmente, face ao tipo de abuso sofrido, bem como à sua duração. Algumas dessas mesmas consequências são a depressão, a ideação suicida, as fobias sociais, a ansiedade, a perturbação de stresse pós-traumático, a síndrome do trauma de violação, o

abuso de substâncias, as distorções cognitivas, as dificuldades interpessoais (inclui a disfunção sexual), a culpa e a raiva extremas, o distanciamento emocional, as enxaquecas crônicas, a fadiga, as perturbações de sono, os vômitos e os problemas alimentares, reprodutivos e sexuais (WHO, 2003; Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007).

No caso dos estudantes universitários deve-se considerar, ainda, a possibilidade de absentismo e de abandono dos estudos (Krug et al., 2002; Caridade & Machado, 2013).

Em suma, qualquer ato de violência sexual corrompe o direito à liberdade sexual, à autonomia, ao controle, à integridade, à segurança e, especialmente, ao direito de experienciar prazer de forma segura, saudável e satisfatória (European Institute for Gender Equality, 2017).

Capítulo 2. Crenças e atitudes

2.1. As crenças e as atitudes legitimadoras da violência na intimidade

Compreender as crenças legitimadoras deste tipo de comportamento abusivo permite reconhecer que, estas percepções pesam nas atitudes dos que estão mais próximos das vítimas, moldando os aspetos sociais dos processos de recuperação destas. É certo que, a dinâmica que, molda as atitudes, sobretudo, em relação, à violência contra as mulheres tem impacto na política pública, já que, as atitudes da sociedade influenciam o que é criminalizado, bem como o tipo de assistência e de serviços disponíveis para as vítimas e para os agressores (Munsch & Willer, 2012).

As atitudes são respostas implícitas que localizam “objetos de pensamento” em “dimensões de julgamento” (Augoustinos & Walker, 1995).

Uma atitude é, então, a categorização de um estímulo ao longo de uma dimensão avaliativa baseada em três vias de informação: a informação cognitiva, a informação emocional e a informação relativa aos comportamentos passados ou às intenções comportamentais (Zanna & Rempel *cit. in* Augoustinos & Walker, 1995).

As mesmas são expressas através do “gostar / não gostar”, do “aproximar / evitar” e do “bom / mau”. Quando o objeto da atitude é importante para a pessoa, a sua avaliação gere, em si, uma reação emocional. Por isso, as atitudes

são comunicativas, uma vez que, fazem parte da vida cognitiva e do discurso social, daquele que lhe dá significado (Augoustinos & Walker, 1995).

À medida que, o nosso cérebro assimila e interioriza a informação proveniente do exterior, sucedem-se várias interconexões associativas entre as informações obtidas, de forma a que estas se tornem estáveis e consistentes, isto é, à medida que a informação é adquirida, esta junta-se a outras informações passadas de forma a dar-lhe sentido. À medida que, estas conexões aumentam, as mesmas formam uma rede de crenças e de saberes. Esta estrutura cognitiva funciona como um modelo ao qual acedemos para nos compreendermos a nós próprios, ao outro e a outras representações sociais e como um guia na interação com o meio social. Estes esquemas de crenças e de valores proporcionam uma plataforma à qual acedemos no sentido de identificarmos uma situação ou uma pessoa no sentido de agir, de pensar e de sentir, todo em função da informação existente em relação a estas. À medida que, são assimiladas novas informações, estas juntar-se-ão aos esquemas já existentes no sentido de formar uma base mais ampla e sólida. Portanto, este sistema de crenças possui uma grande influência na forma como interpretamos uma dada situação, sendo que as crenças sustentadoras da violência funcionam como uma estrutura silenciosa e pré-consciente ativada por eventos que contribuem para o surgir de comportamentos e emoções desadequadas (Fiske & Taylor, 2016).

As crenças e os valores subjacentes ao amor surgem como um dos principais fatores para a justificação da violência, na intimidade. A perceção deste mesmo amor encontra-se impregnada nos mitos originados pelos papéis de género, o que contribui para o enviesamento da perceção da violência como para a sua manutenção (Machado, Macieira & Carreiras, 2010).

No âmbito das atitudes legitimadoras de violência sexual, assumem especial destaque as que se encontram em torno da violação, referenciadas pela comunidade científica como “*rape myths*”. Concetualizadas como estereótipos, este tipo de crenças procura negar ou, até mesmo, justificar a agressão sexual. A aceitação dos mitos sexuais encontra-se associada a diversos fatores tais como os estereótipos dos papéis de género, o conservadorismo sexual, a exacerbação do modelo masculino tradicional e a tolerância à violência interpessoal (Pérez, Fiol, Palmer & Guzmán, 2006; Schechory & Idisis, 2006).

Neste âmbito, Martins, Machado, Abrunhosa & Manita (2012) formularam um questionário denominado por *Escala de Crenças sobre Violência Sexual*, de modo a definir o grau de aceitação da pessoa quanto ao uso de estratégias sexuais violentas, na sua relação amorosa. O que permite realizar uma leitura cuidada das concepções dominantes acerca da sexualidade, da violação e de outras formas de violência sexual.

Naturalmente, emergiram três tipos de atribuições para a ocorrência da violência sexual face à análise destas mesmas crenças – a precipitação feminina, a sexualidade masculina e a hostilidade masculina (Cowan & Quinton, 1997). Inerentes à precipitação feminina fomentam-se as crenças centradas na vítima tais como a ideia de que esta iniciou ou provocou o abuso, a ideia de que esta mentiu ou exagerou sobre o abuso (“fabricação pela vítima”) e a ideia de que esta deseja ou gosta de ser violada (“teoria da vítima masoquista”) (Koss e os seus colaboradores *cit. in* Caridade, 2011). Subjacentes à sexualidade masculina surgem as crenças relacionadas com a ideia de que o homem não consegue controlar os seus próprios impulsos sexuais (Cowan, 2000). A última dimensão refere-se a um grupo de atribuições crentes de que a hostilidade masculina e a raiva em torno da mulher podem favorecer o ato de violação, implicando a ideia de que os agressores são indivíduos desviantes e com algum tipo de patologia mental (Caridade, 2011), conduzindo à trivialização da violência sexual e à incoerência desta enquanto problema de saúde pública grave (Cowan, 2000; Munsch & Willer, 2012).

Existem, também, mitos quanto à vitimização sexual no género masculino, especialmente, o estereótipo de que o homem jamais pode ser violado e de que a agressão sexual contra este apenas ocorre em contextos institucionais (Schechory & Idisis, 2006).

Em algumas circunstâncias, a coerção sexual pode, também, ela ser legitimada, nomeadamente, quando uma das partes não permite o romper da privacidade da relação, emite sinais ambíguos, impulsiona a intimidade física e/ou quando a coerção exercida é interpretada como um descontrolo dos impulsos sexuais. O ato sexual forçado é, também, legitimado nas relações de longa data (Matos *et al.*, 2006).

Geiger, Fischer e Eshet (2005) afirmam que, os estudantes universitários continuam a desculpabilizar a coerção sexual e que os mesmos têm atitudes mais negativas, nomeadamente, ao nível da culpabilização da vítima, apesar de as mulheres não estarem imunes à socialização sexista. Porém, vários estudos têm comprovado que é no âmbito das atitudes face à violência sexual que as diferenças entre géneros é mais significativa, isto é, o género concebe-se como um fator determinante das atitudes sobre a agressão sexual, com o género masculino a defenderem mais mitos sexuais do que o género feminino.

Dito de um outro modo, pode-se afirmar que, quer homens quer mulheres desenvolvem expectativas e comportamentos em função dos papéis de género considerados adequados, ao longo da sua interação sexual. Logo, em termos sociais e sexuais, espera-se que o homem seja dominante e agressivo e que a mulher se submeta a uma posição de passividade (Ben-David & Schneider, 2005).

Os estudantes universitários com crenças mais tradicionais sobre o papel social e familiar da mulher tendem a atribuir mais responsabilidade a esta pela origem da violência na relação (Pérez, Fiol, Palmer, Espinosa & Guzmán, 2006), o qual promove uma cultura de tolerância perante a mesma (McDermott, Naylor, McKelvey & Kantra, 2016).

Enalta-se que, tais argumentos de normalidade da violência e da atribuição da responsabilidade à vítima originam a não-responsabilização do agressor tal como a desvalorização da necessidade de prevenção (Caridade, 2011). A investigação, efetivamente, comprova que, esta tolerância sobretudo perante a prática de violência sexual constitui por si só um fator preditor do comportamento coercivo, na intimidade, e da sua prática, ao longo do tempo (Carlson *cit. in* Caridade, 2011).

Caridade (2011) identificou, num estudo português, a presença de crenças legitimadoras de violência sexual entre os jovens universitários, tendo ainda, verificado que, predominava, junto dos mesmos, a tendência generalizada para desvalorizar os atos sexuais indesejados de menor gravidade como os avanços sexuais.

Alguns estudos, têm-se focado em compreender as representações dos jovens acerca do que pode ser ou não abuso, nas relações de intimidade,

concluindo que, os estudantes universitários tendem a demonstrar uma maior consciencialização sobre o que poderá ser ou não um ato violento, apesar de, a violência feminina ser percebida como algo menos preocupante, menos ilícita e menos suscetível de intervenção. Ao passo que, a agressão masculina apresenta normas sociais mais claras e é mais amplamente reconhecida (Sorenson & Taylor, 2005).

Outros estudos verificaram que, existe uma relação entre atitudes e comportamentos violentos, nas relações amorosas, tendo associado as distorções cognitivas e as crenças não-adaptativas à prática da violência no namoro (Eckhardt & Dye, 2000; Eckhardt & Jamison, 2002; Stith, Smith, Penn, Ward, & Tritt, 2004).

O Eurobarómetro da Comissão Europeia avança que, 29% dos portugueses considera que, o sexo sem consentimento pode ser justificado, 19% diz que é justificável quando a vítima se encontra alcoolizada ou drogada, 15% quando esta vai, voluntariamente, com alguém para casa, 12% quando a mesma veste algo revelador, provocador ou considerado *sexy*, 10% quando não o nega, claramente, ou não resiste. Dezanove por cento concorda que, as mulheres inventam ou exageram nas denúncias de abuso sexual e de violação, ao passo que ,17% declara que, os atos de violência apenas se devem à vítima e é erróneo o envio de mensagens de conteúdo sexual (European Commission, 2016).

2.2. Atitudes explícitas e atitudes implícitas

Sabe-se que, as variáveis cognitivas estão omnipresentes nos mais amplos modelos explicativos da violência, nas relações amorosas, e os mesmos sugerem que, os agressores apresentam em maior escala distorções cognitivas (Eckhardt & Dye, 2000).

Os agressores evidenciam maior hostilidade baseada em crenças irracionais de que o parceiro o trata de forma degradante e exigente bem como enviesamentos cognitivos como a minimização e dicotomia do pensamento. As cognições associadas à violência na intimidade incluem também crenças apoiadas na misoginia e nas normas patriarcais. Atitudes essas que aumentam a probabilidade do uso da agressão na relação tal como a tendência para a

minimização e/ou desvalorização da sua culpa nos conflitos (Caridade, 2011; Eckhardt & Crane, 2014).

Tais modelos teóricos foram concetualizados, tendo em conta, os aspetos explícitos das distorções cognitivas, uma vez que, as atitudes explícitas são intencionais, passíveis de controlo e pensamentos sistemáticos que contribuem para a realização de ações conscientes e instrumentais (Dovidio, Brigham, Johnson & Gaertner, 1996).

As medidas explícitas requerem que, os indivíduos se relembrem de um ato cognitivo triado num contexto de afetos e de fatores temporais relevantes. Contudo, muitos, no seu melhor, fornecem uma representação *post-hoc* do que “pensam”, em vez de “como” é que processam a informação em contextos interpessoais específicos, já que alguns destes processos cognitivos operam a um nível mais implícito, estando, assim, fora do campo da consciência (Eckhardt & Dye, 2000; Eckhardt & Crane, 2014).

Por sua vez, as atitudes implícitas são operacionalizadas como processos cognitivos não-intencionais e automáticos, intimamente, ligados a estímulos contextuais, a estados afetivos, a memórias, a comportamentos e a padrões de personalidade (Greenwald & Banaji, 1995).

Num estudo de Eckhardt & Crane (2014) conclui-se que, os participantes, no Teste de Associação Implícita, responderam, significativamente, mais rápido aos termos associados a “violência/mau” e a “não-violência/mau” do que aos associados a “violência/bom” e a “não-violência/bom”. Felson, Ackerman & Yeon (2003) indicaram que, o género masculino tende a responder mais de acordo com as normas sociais impostas do que o género feminino. Já, Skowronski & Lawrence (2001) afirmaram no seu estudo comparativo entre medidas explícitas e implícitas que, as mulheres tendem a responder de forma mais positiva às atitudes explícitas do que os homens.

2.3. A cultura, as crenças e a prática da violência

Os comportamentos sexuais à semelhança do que acontece com outros comportamentos humanos estão abrangidos pelas normas sociais e culturais

dominantes, que impõem determinados padrões de comportamento sexual (Freese, Moya & Megías, 2004).

Uma revisão da literatura quanto às abordagens explicativas da violência na intimidade, em geral, espelha a existência de um percurso evolutivo, partindo das teorias intra-individuais, passando pelas teorias diádicas-familiares e terminando nas teorias socioculturais (Caridade & Machado, 2013).

Nas perspectivas intra-individuais procura-se compreender sobretudo as ações dos agressores a partir das suas características quer biológicas quer psicológicas, descrever a personalidade das vítimas bem como a sua vulnerabilidade psicológica para a ocorrência do abuso. De realçar que, as mesmas se centram nas experiências precoces de violência dos indivíduos, tal como na exposição à violência interparental e na experiência de abuso sexual na infância aliada à presença de determinados fatores situacionais (*i.e.*, consumo de álcool). Consequentemente, a violência nas relações de namoro surge como resultado das atitudes individuais de cada um e da dificuldade em resolver os conflitos relacionais, onde os ciúmes e a raiva são as principais causas da violência praticada (Caridade & Machado, 2013).

Nas teorias diádicas-familiares, o conceito de aprendizagem social inerente à teoria intergeracional da violência é aquele que tem merecido mais destaque no panorama científico. Estas sustentam que, o comportamento, de cada um de nós, é determinado pelo ambiente em que estamos inseridos, especialmente, pelos elementos da nossa família, mediante os mecanismos de observação, de reforço, de modelagem e/ou de coação. Desta forma, a criança que tenha sido exposta à violência interparental apresenta uma maior probabilidade de vir a reproduzir tais comportamentos violentos ou em evidenciar uma maior tolerância perante este tipo de práticas abusivas, já que, a violência será interpretada como uma forma adequada para a resolução de conflitos (Hines & Saudino, 2002; Caridade & Machado, 2013; Woollett & Thomson, 2016).

Outros autores apontam que, a modelagem não ocorre só ao nível das atitudes e dos comportamentos como, também, ao nível de determinadas características de personalidade sustentadoras do abuso (*i.e.*, as emoções desproporcionais face à rejeição e ao abandono) (Oliveira & Sani, 2009).

Outros contributos importantes para a explicação do comportamento abusivo, nas relações íntimas, partem de modelos importados da área da criminologia, os quais concetualizam a violência como a expressão de um padrão de conduta antissocial, defendendo que os indivíduos que apresentem um comportamento de agressão persistente para com o seu parceiro têm uma maior probabilidade de ter uma história passada de envolvimento em outros comportamentos antissociais. Sublinha-se que, aqui o fenómeno da violência na intimidade ocorre como resultado da ineficácia parental, originando uma brecha explicativa para os casos onde os intervenientes são oriundos de famílias sem historial de violência (Dawson, 2006)

Nas abordagens socioculturais, reconhece-se o quanto o género e os papéis associados a este são construídos na nossa cultura. Desta forma, compreender a dimensão cultural subjacente à violência íntima implica atender aos discursos e aos posicionamentos que definem a construção social de cada género e que influenciam o contexto experiencial e interpretativo do abuso (Bandeira, 2014).

Ismail e os seus colaboradores (2007) apontam para que, o género seja um fator moldador das experiências abusivas femininas, quando os papéis tradicionais de género são ameaçados poderá, então, emergir uma crise de identidade. Neste contexto, o homem pode recorrer a violência contra a mulher como uma reação simbólica à retirada ou à ameaça de retirada dos seus privilégios e do seu poder.

Aliás, as conceções culturais em torno do amor e do romance contribuem, também, para a minimização da violência sexual, algo perceptível face a afirmações de que, a violência e o controlo podem ser expressões de “amor verdadeiro” e de que este pode mesmo levar à mudança do comportamento abusivo por parte do/a parceiro/a. Por outro lado, a conceção do amor como sendo paixão e arrebatamento, conduz à desculpabilização da violência, especialmente, quando concebida num cenário de traição pelo parceiro (Dias *cit. in* Caridade, 2011).

De igual modo, o ostracismo social que define a manutenção das relações abusivas conduz a que, as mulheres permaneçam nestas a qualquer custo, de forma a corresponder às normas sociais subjacentes de modo a manter a ligação

amorosa, tal como em cuidar e em zelar pelo outro acima de qualquer custo pessoal (Caridade, 2011).

Por fim, as perspectivas feministas enfatizam o papel das mensagens sociais e culturais, quer na aprovação, quer na normalização da violência íntima. Segundo estas, a violência resulta devido a um conjunto de valores patriarcais que foram sendo institucionalizados, culturalmente, a diversos níveis e sob diferentes formas. Assim, a violência contra a mulher está associada ao valor social que lhe é atribuído e com o seu estatuto social, definindo os discursos sociais em torno do género, do amor e do sexo (Ismail, Berman & Ward-Griffin, 2007; Randle & Graham, 2011; Machado & Matos, 2012).

Em suma, a mulher, tendenciosamente, é concebida como um ser “frágil”, “não perigoso” e de “fácil acesso”, enquanto o homem é a imagem do “mais perigoso” e do “mais capaz” de se autoproteger. Estes mesmos discursos sociais em torno da vulnerabilidade feminina e da perigosidade masculina interferem, significativamente, na forma como funcionamos ao nível da seleção das estratégias promocionais da nossa segurança pessoal, da nossa interação com os outros e da nossa liberdade (Hollander, 2001).

Capítulo 3. Género e experiência de abuso na infância

3.1. O impacto do género na violência sexual

Diversos investigadores identificaram que, tanto os homens como as mulheres são vítimas e agressores de violência na relação, o que torna essencial aceitar que, ambos, os géneros podem ser violentos (Oswald & Russell, 2006; McDermott *et al.*, 2016; Scarduzio, Carlyle, Harris & Savage, 2016).

Os homens que praticam atos sexuais coercivos são vistos como agressivos, ao passo que, as mulheres que o fazem são vistas como promiscuas, o que pode conduzir à perceção de que o género masculino é mais controlador, ameaçador e capaz de magoar, enquanto o género feminino é mais sedutor, mais romântico e mais capaz de expressar a atração que sente perante o seu parceiro (Oswald & Russell, 2006).

Porém, o género continua a ser uma variável necessária para diferenciar agressores de vítimas como para distinguir razões para a omissão das agressões. Um dos fatores mais relevantes é a desejabilidade social, uma vez que, os indi-

víduos tendem a corresponder ao que lhes é incutido, socialmente, colocando, em causa, a veracidade da denúncia. Destaca-se que, os atos de violência iniciados pelo género masculino são, geralmente, mais devastadores, resultando em enormes consequências para a vítima (Lewis & Fremouw, 2001).

Tanto o homem como a mulher reportam que, o comportamento violento do seu parceiro é, significativamente, maior que o seu, tudo porque as vítimas tendem a relatar episódios de violência mais graves e mais frequentes dos que aqueles que são narrados pelos seus parceiros enquanto agressores (Moffitt & Caspi, 1999).

3.2. O impacto da experiência de abuso na infância na violência sexual

Experienciar durante a infância maus-tratos apresenta um impacto significativo nas dimensões de ajustamento psicológico, sobretudo ao nível da representação da vinculação, da qualidade dos cuidados prestados, da prática dos abusos, da qualidade do relacionamento interpessoal e do emergir de perturbações mentais (Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003).

Tais consequências estabelecem-se porque as mesmas interferem, negativamente, com o desenvolvimento da noção que se constrói de si mesmo e do outro, o que pode resultar em condutas comportamentais menos adaptadas e mais defensivas como num desajustamento emocional. Os modelos representacionais que se formam aquando da vivência destas mesmas experiências abusivas constituem-se pela enorme dificuldade em usufruir de experiências positivas e bem-sucedidas junto dos outros (Paat & Markham, 2016).

Na esfera amorosa, estes adultos apresentam dificuldades em estabelecer relações íntimas, já que, as mesmas são denominadas pela menor satisfação, pelo menor ajustamento, pelo desacordo, pela falta de carinho e pela falta de suporte (Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002).

Quanto à emergência da patologia mental, esta caracteriza-se pelo elevado desconforto e desvalorização pessoal, pelos comportamentos desorganizados e/ou impulsivos, pela baixa autoestima, pela presença de sintomatologia depres-

siva e pelo comportamento autodestrutivo (Figueiredo, Maia, Matos, Fernandes & Ribeiro, 2000; Gibb, Abramson & Alloy, 2004).

Em estudos anteriores, a exposição à violência durante a infância tem sido associada à vitimização como à prática da violência, em geral, nas relações de namoro (Paiva & Figueiredo, 2003; Gover, Kaukinen & Fox, 2008).

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4. Metodologia

4.1. Objetivos de investigação

Com a realização deste estudo de cariz exploratório e quantitativo, pretendeu-se (1) recolher dados referentes à prevalência, (2) conhecer a forma como os jovens universitários se posicionam face à violência sexual, em termos de crenças e de atitudes explícitas e implícitas, e (3) compreender o impacto do género e da experiência de abuso na infância na prática e na vitimização deste tipo de abuso.

Mais especificamente, visou-se os seguintes objetivos:

- i) caracterizar as crenças que legitimam os comportamentos sexuais coercivos, nas relações íntimas, praticados pelos estudantes universitários, identificando o grau de aceitação destes;
- ii) caracterizar as atitudes explícitas e implícitas dos estudantes universitários perante o uso de violência sexual contra os seus parceiros, procurando identificar o grau de aceitação destes comportamentos;
- iii) estabelecer a prevalência das diferentes formas de coerção sexual, nas relações de intimidade, quer ao nível da vitimização, quer da prática;
- iv) analisar a relação entre atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos, nas relações íntimas, dos universitários;
- v) explorar o impacto de fatores sociodemográficos como o género e a experiência de abuso na infância na vitimização e na prática, de violência sexual, assim, como nas crenças e nas atitudes.

4.2. Amostra

Participaram neste estudo 93 estudantes do ensino superior selecionados, através de uma amostragem de conveniência e que cumpriram os seguintes

critérios de inclusão: (1) estar numa relação de namoro, (2) frequentarem um curso superior, na Universidade de Évora, e (3) terem idade igual ou superior a 18 anos. Garantidos os critérios, a amostra final constituiu-se por 86 estudantes, em que, 15,3% (13) eram do género masculino e 84,7% (73) eram do género feminino, de idades entre os 19 e os 31 anos ($M=21,8$ anos, $DP= 4,66$).

Verificou-se que, 10,9% (9) dos participantes frequentava o 1º ano do curso, 56,5% (48) o 2º ano, 16,5% (14) o 3º ano, 11,8% (14) o 4º ano e 4,7% (4) o 5º ano. Encontrava-se, 88,4% (76) a frequentar o curso de Psicologia, 3,5% (3) o curso de Medicina Veterinária, 2,4% (2) o curso de Matemática Aplicada à Economia e Gestão, 1,2% (1) o curso de Sociologia, 1,2% (1) o curso de Bioquímica, 1,2% (1) o curso de Ciências da Educação, 1,2% (1) o curso de Informática e 1,2% (1) o curso de Estudos Europeus.

Em relação, à área de residência, 40,7% (35) residia no distrito de Évora, 16,3% (14) no distrito de Santarém, 11,6% (10) no distrito de Portalegre, 7% (6) no distrito de Lisboa, 4,7% (4) no distrito de Leiria, 4,7% (4) no distrito de Setúbal, 4,7% no distrito de Faro (4), 3,5% (3) no distrito de Beja e os restantes 7,2% (6), distribuídos, qualitativamente, pelos distritos de Viana do Castelo, de Bragança, de Aveiro, de Coimbra, de Castelo Branco e Arquipélago da Madeira.

Face ao tempo de namoro, a maioria, encontrava-se envolvida, romanticamente, há já, pelo menos, um ano e sem partilhar casa.

Quanto à experiência de abuso, no passado, 17,4% (15) refere ter sido vítima de algum tipo. Os mesmos indicaram que, este manifestou-se, unicamente, em forma de violência psicológica.

Face à dinâmica relacional atual, 16,3% (14) indicaram ser ou já ter sido vítima de violência na sua relação, porém, apenas 6,8% (5) reconhece a presença de comportamentos violentos, referindo que, estes iniciaram-se, após os primeiros seis meses da relação (4,6%) com uma frequência mensal (3,5%). Contudo, 3,5% (3) já tentou terminar a relação.

Já sobre o fato de conhecerem, no seu círculo de amigos, alguma situação de violência no namoro, 38,4% (33) respondeu que sim.

Para resultados mais detalhados consultar a Tabela 1 e a Tabela 2.

Pela forma de amostragem, de tipo *snowball* e de conveniência, esta não é representativa da comunidade universitária portuguesa, nem a distribuição dos

participantes pelas diferentes regiões do país, pelo género e pelo curso são proporcionais às estatísticas demográficas.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Variáveis	N	%	Média (DP)
Género	86	100	
Feminino	73	84,9	
Masculino	13	15,1	
Idade			21,81(4,66)
Situação de coabitação			
Sim	18	20,9	
Não	68	79,1	
Tempo de namoro			
Há mais de 1 ano	45	52,3	
Há mais de 6 meses, mas menos de 1 ano	16	18,6	
Há cerca de 6 meses	7	8,1	
Há menos de 6 meses	18	20,9	

Tabela 2. Historial de violência

Variáveis	N	%
Experiência de abuso na infância		
Sim	15	17,4
Não	71	82,6
Tipo de abuso sofrido		
Psicológico	15	17,4
Físico	0	0
Sexual	0	0
Stalking	0	0
Não sabe/Não responde	0	0
Não se aplica	71	82,6
É ou já foi vítima de violência na sua relação amorosa		
Sim	14	16,3
Não	72	83,7
Presença de comportamentos violentos		
Sim	3	3,5
Não	83	96,5
Ocorrência de comportamentos violentos		
Durante o 1º mês	0	0
Entre o 6º mês e o 1º ano	2	2,3
Entre o 1º e o 6º mês	1	1,2
Após o 1º ano	2	2,3
Não se aplica	81	94,2
Frequência de comportamentos violentos		
Diariamente	1	1,2
Semanalmente	0	0
Mensalmente	3	3,5
Não se aplica	82	95,3
Tentativa de terminar relação		
Sim	3	3,5
Não	83	96,5
Conhecimento de situação de violência		
Sim	33	38,4
Não	53	61,6

4.3. Instrumentos

4.3.1. *Teste de Associação Implícita*

As atitudes implícitas são traços passados que não são identificáveis, a partir da introspeção, mas que influenciam a avaliação de um determinado objeto, ou seja, não se percebe como é que a atitude passou a “fazer parte de nós”. Contudo, as mesmas condicionam as nossas avaliações (Greenwald & Banaji, 1995).

O Teste de Associação Implícita (TAI) procura reconhecer como é que os processos cognitivos implícitos podem ser a chave para a compreensão dos nossos comportamentos e como é que podem ser a justificação para a sua realização, respondendo à questão no que é que as pessoas acreditam e no que

defendem como verdade. O seu objetivo é medir de forma implícita as atitudes, as crenças e os estereótipos, sem a pessoa se aperceber disso e a um nível de consciência limitado (Greenwald, McGhee & Schwartz, 1998; Greenwald, Nosek & Banaji, 2003).

Este teste pretende estudar a magnitude da relação de associação entre conceitos e representações cognitivas, isto é, o que está, em termos cognitivos associado a um conceito. Baseado nas Teorias Associativas de Aprendizagem e das Representações e no Princípio da Dispersão da Ativação, defende que, a acessibilidade aos conceitos depende da frequência com que a pessoa pensa sobre ou utiliza esses mesmos conceitos, onde esta acessibilidade é caracterizada por alguma flexibilidade, dependendo dos significados que lhe foram atribuídos (Fazio & Olson, 2003).

A ideia-base do programa é que é mais fácil enquanto resposta comportamental clicar numa tecla quando a ela estão refletidos dois conceitos associados entre si do que quanto são necessárias respostas diferentes (Greenwald & Banaji, 1995).

O TAI permite testar dois pares de categorias desde que estes sejam passíveis de comparação. Os conceitos ou rótulos utilizados, em cada categoria, devem ser antagónicos e de fácil identificação. Consequentemente, a cada categoria corresponde uma lista de estímulos que podem assumir a forma de palavra, som, imagem, símbolo ou texto. O seu procedimento caracteriza-se pela classificação de dois blocos de aprendizagem (bloco 1 e bloco 2), de dois blocos de treino (bloco 3 e bloco 6) que englobam os itens que estão relacionados com as categorias em avaliação e, por fim, de outros dois ensaios referentes ao teste crítico (bloco 4 e bloco 7) (Greenwald, Nosek & Banaji, 2003; Oliveira & Miranda, 2012).

Assim, ao deduzir o tempo que decorre entre a apresentação do estímulo e a produção da resposta é possível compreender o processo mental inconsciente envolvido, o que conduz a deduções individualistas, que podem refletir o ambiente em que a pessoa se encontra e predizer, provavelmente, os seus comportamentos futuros (Lane, Banaji, Nosek & Greenwald, 2007).

O teste fornece, desta forma, como medidas o tempo de reação, medido em milissegundos, indicando quanto tempo demorou o participante a classificar

cada estímulo. A sua pontuação designa-se por *medida D⁴* ou *DScore*. Caso esta seja negativa é possível afirmar que, a atitude de violência está presente. Não há limite absoluto superior ou inferior, embora a pontuação, geralmente, varie de -2 a +2 (Zuccolotto, Roush, Eschman & Schneider, 2012).

Neste estudo, os participantes responderam a 176 combinações de estímulos.

4.3.2. Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

Pertencentes às Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro, as Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual, procuram compreender o desenvolvimento e a manutenção das atitudes de apoio à violência, nas relações de namoro. As atitudes femininas medem as atitudes que as mulheres usam para justificar a prática de violência sexual sob o seu parceiro e as atitudes masculinas avaliam, por sua vez, as atitudes que os homens creem ser justificativas do seu comportamento violento sob a sua parceira. Ambos os géneros respondem às duas versões, de modo, a reconhecer qual o tipo de atitudes mais legitimado e quem é que tolera mais o uso da violência. Cada versão apresenta 12 itens com uma escala de resposta de *likert* de cinco pontos. A escala mede, ainda, a legitimação de atitudes relacionadas com a violência física e a violência psicológica (Price, Byers & Dating Violence Research Team, 1999).

A escala foi recodificada, inversamente, de modo a garantir que todos os dados seguissem a mesma lógica de cotação e de leitura.

4.3.3. Escala de Crenças sobre Violência Sexual

A Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) mede o grau de aceitação do indivíduo perante o uso de violência sexual, nas relações de namoro. A mesma procura concetualizar potenciais vítimas e agressores como procura fazer referência a um *continuum* do comportamento sexual violento praticado e/ou sofrido. É constituída por 30 itens cotáveis numa escala de resposta de *likert* de cinco pontos. O fator 1 denominado de “*representação estereotipada da violação*” engloba os itens (2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25,

⁴*D*= tempo de resposta bloco 7 - tempo de resposta bloco 4 / *DP*

28, 29) que integram um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual face à existência de um passado sexual entre o agressor e a vítima e à ausência de violência física durante a violação. Já o fator 2, “*provocação da vítima*” refere-se aos itens (8, 11, 13, 26, 27) que originam a noção de que a violência sexual poderá ser justificável em função de determinadas condutas praticadas pela vítima. O fator 3, “*consentimento da vítima*”, integra os itens (10, 17, 18, 19) referentes a um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz o ato sexual, desejando-o e sentindo prazer com este. O fator 4, “*falsa noção de invulnerabilidade pessoal*” engloba os itens (1, 3, 4, 7, 30) que integram um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas possuem características que os tornam distintos da restante população, isto é, vulneráveis. Por fim, o fator 5, “*falsas alegações*” refere-se aos itens (5, 12, 14, 20) que fomentam a noção de que a violência sexual poderá ser desvalorizada mediante a negação da sua ocorrência e a interpretação de que as queixas de violação ou tentativas de violação são sinais de arrependimento ou de retaliação (Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012).

4.3.4. Escala de Coerção Sexual do Agressor e da Vítima

A Escala de Coerção Sexual do Agressor (ECS-Agressor) mede a tendência da pessoa em praticar atos de coerção sexual, enquanto a Escala de Coerção Sexual da Vítima (ECS-Vítima) mede a tendência da pessoa em se tornar vítima deste tipo de violência sexual. Todos os itens refletem uma das estratégias coercivas, tais como, o ofender, o discutir, o fazer sentir remorsos, a obrigatoriedade em realizar o ato sexual, o uso da bebida, o suplicar, a chantagem, a ameaça, o uso da força física, a oferta de perdas ou de benefícios financeiros, o acariciar inapropriado, o expor e o tocar indesejado. Englobam, respetivamente, 13 itens com uma escala de resposta de *likert* de cinco pontos e apresentam três fatores. O fator 1 designado por “*verbal*” (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6), o fator 2 por “*tocar/expor*” (itens 7, 8, 9) e o fator 3 por “*coerção ilegal*” (itens 10, 11, 12, 13) (Mathes & McCoy, 2011).

A escala foi recodificada, inversamente, de modo a garantir que todos os dados seguissem a mesma lógica de cotação e de leitura.

4.3.5. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas 2

As Escalas de Táticas de Conflito Revisadas 2 (ETC2) pretendem avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos, isto é, se através de estratégias de negociação ou de estratégias abusivas como o abuso físico sem sequelas, o abuso físico com sequelas, a agressão psicológica e a coerção sexual. Os itens que as englobam explicitam o contexto em que as agressões ocorreram e operacionalizam em dois níveis de severidade, o ligeiro e o severo. Assim, os itens com número ímpar fornecem informação relativa à agressão e os itens pares correspondem à vitimização. Para cada item existem oito categorias de resposta, em que as primeiras seis pretendem determinar a cronicidade e a prevalência das estratégias verificadas (Alexandra & Figueiredo, 2006).

Aplicou-se, unicamente, a subescala de coerção sexual para fins de contextualização dos comportamentos sexuais coercivos praticados (itens 15, 19, 47, 51, 57, 63, 75) e sofridos (itens 16, 20, 48, 52, 58, 64, 76).

4.4. Procedimento de recolha de dados

Primeiramente, procedeu-se à adaptação de duas das quatro escalas que pertenciam ao questionário, por três tradutores independentes, nomeadamente as Escalas de Atitudes em Relação à Violência Sexual e as Escalas de Coerção Sexual. De seguida, de forma a avaliar as medidas implícitas fora, também, traduzido um conjunto de palavras que apelavam a estímulos violentos e não-violentos. Lista essa baseada no trabalho publicado por C. Eckhardt e C. Crane, em 2014.

Aplicou-se, em contexto laboratorial, primeiro, o Teste de Associação Implícita, a partir do programa *E-prime 2.0* e, de seguida, o questionário, em formato *on-line*, na tentativa de controlar a ativação precoce das atitudes explícitas. O questionário permitiu a recolha de dados referentes à idade, ao género, à experiência de abuso na infância, ao conhecimento de relações violentas no círculo de amigos, à vivência de violência sexual na relação de namoro, às crenças e às atitudes legitimadoras e quais os tipos de

comportamentos sexuais coercivos praticados e/ou sofridos. A recolha de dados decorreu em maio de 2017.

Capítulo 5. Análise de dados

5.1. Consistência interna das escalas

A consistência interna, de cada uma, das escalas de medida aplicadas, na presente investigação, foi testada (Tabela 3) (SPSS 24, 2016).

Os resultados mostraram que, as escalas, no geral, apresentam uma fiabilidade moderada a elevada, com exceção para as Escalas de Atitudes Femininas em relação à Violência Sexual e para o fator *falsa noção de invulnerabilidade pessoal*, da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS).

Assim, os valores α indicam que, os itens que compõem as diferentes dimensões, de cada uma, das escalas estão, fortemente, correlacionados, apesar das dimensões em si, estabelecerem uma relação inferior àquela que é observada entre os itens que as compõem (Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Tabela 3. Consistência interna das escalas

Escala	Nº de itens	α Cronbach	α Cronbach original
Teste de Associação Implícita	-	0,911	0,90 (Lane, Banaji, Nosek & Greenwald, 2007).
Escalas de Atitudes Masculinas em relação à Violência Sexual	12	0,702	0,88 (Price <i>et al.</i> , 1999)
Escalas de Atitudes Femininas em relação à Violência Sexual	12	0,587*	0,78 (Price <i>et al.</i> , 1999)
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Representação Estereotipada da Violação	12	0,898	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Provocação da Vítima	5	0,660	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Consentimento da Vítima	4	0,830	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Falsa Noção de Invulnerabilidade Pessoal	5	0,621**	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Falsas Alegações	4	0,834	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Total	30	0,923	0,91 (Martins <i>et al.</i> 2012)
Escala de Coerção Sexual do Agressor – Verbal	6	0,954	-
Escala de Coerção Sexual do Agressor - Toçar/Expor	3	0,942	-
Escala de Coerção Sexual do Agressor – Coerção Ilegal	4	0,954	-
Escala de Coerção Sexual do Agressor – Total	13	0,965	0,88 (Mathes & McCoy, 2011)
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Verbal	6	0,897	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Toçar/Expor	3	0,921	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Coerção Ilegal	4	0,904	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Total	13	0,950	0,89 (Mathes & McCoy, 2011)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Agressor Ligeiro	3	0,829	0,56 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Agressor Severo	4	0,930	0,56 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Vitimização Ligeiro	3	0,710	0,51 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Vitimização Severo	4	0,969	0,51 (Alexandra & Figueiredo, 2006)

*(Retirado o item 4)

** (Retirado o item 9)

5.2. Cálculos referentes ao teste de associação implícita

De forma, a reconhecer qual o tipo de associação implícita – negativa ou positiva – prevalente, em relação à violência sexual, procedeu-se aos cálculos sugeridos por Lane, Banaji, Nosek & Greenwald (2007).

Assim, o primeiro passo passou pela correção dos *outliers*, isto é, os participantes com tempos de resposta inferiores a 300ms e superiores a 10000ms, foram transpostos para valores específicos de 300ms e de 10000ms. O segundo passo requereu a criação do *DScore*, para cada participante.

O *DScore* permite, então, medir a presença de atitudes não-conscientes legitimadoras da violência. Um valor negativo permite concluir que, a pessoa apresenta uma atitude implícita de violência. Já, um valor positivo indica que, a pessoa não apresenta uma atitude implícita de violência. O seu cálculo passou por subtrair os tempos de resposta do bloco 7 (categoria relacionada com a violência) com os tempos de resposta do bloco 4 (categoria relacionada com a não-violência), dividindo-os pelo desvio-padrão da média dos tempos de resposta, de ambos os blocos. Na sua maioria, o valor demonstrou-se positivo, porém, identificou-se a percentagem de participantes com valor negativo.

Capítulo 6. Resultados

6.1. Caracterização das atitudes explícitas

Considerando que, as respostas, de cada uma, das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual, podem variar entre 5 e 60, o valor das médias obtidas revelam uma baixa aceitação da prática de violência sexual, na intimidade, sobretudo pelo género feminino.

Contudo, o género masculino mostra ser mais tolerante às atitudes legitimadoras de violência sexual, nomeadamente, as que se encontram associadas à mulher ($M=28,31$; $DP=1,83$). Os homens são aqueles que mais legitimam as atitudes que, ambos os géneros, creem ser justificativas da prática de violência sexual (Tabela 4).

Tabela 4. Média e desvio-padrão das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

	Homens	Mulheres
	Média(DP)	Média(DP)
Escala de Atitudes Masculinas	20,85(2,69)	16,34(0,45)
Escalas de Atitudes Femininas	28,31(1,83)	21,27(0,51)

6.2. Caraterização das atitudes implícitas

Para analisar as atitudes implícitas realizou-se uma comparação dentro de sujeitos, através de uma análise de medidas repetidas (SPSS 24, 2016).

A mesma permitiu concluir, a partir das médias obtidas, dos tempos de resposta que, os participantes responderam, significativamente, mais rápido aos estímulos do bloco 4 (não-violência-bom) ($M=27561.15$, $DP=9922.79$) do que aos do bloco 7 (violência-bom) ($M=40719.06$, $DP=17058.62$) [$F(1,85)=50.667$, $p=.000$] (Tabela 5).

Desta forma, os sujeitos não apresentam atitudes implícitas associadas à violência, uma vez que, estes levam mais tempo para conseguirem associar estímulos positivos a uma conotação violenta do que para os associar a uma conotação de não-violência.

Tabela 5. Média e desvio-padrão dos tempos de resposta

Bloco	Média(DP)
4	27561,15(9922,79)
7	40719,06(17058,62)

Em relação ao *Dscore*, na sua maioria, o valor demonstrou-se positivo, isto é, os participantes responderam mais, rapidamente, ao bloco 4 (não-violência-bom, violência-mau) do que ao bloco 7 (violência-bom, não-violência-mau).

Porém 17,4% dos participantes (15) apresentaram uma atitude implícita de violência positiva, isto é, associaram a violência a aspetos bons e positivos. Destes, 16,2% eram do género feminino (14) e 1,2% do género masculino (1). Face ao universo feminino, a maioria não sofreu abuso na infância, não coabita com o parceiro, encontra-se numa relação de namoro há mais de um ano, não

conhece uma situação de violência íntima, no círculo de amigos, apresentam atitudes e crenças legitimadoras da prática de violência sexual e não são ou foram vítimas de violência no namoro. Quanto ao género masculino ressalta-se, também, o fato de este apresentar crenças e atitudes legitimadoras de violência sexual (Tabela 6).

Tabela 6. Informações sociodemográficas dos participantes com *D*Score negativo

Género	Experiência de abuso	Situação de coabitação	Tempo de namoro	Conhecimento de situação de violência	Presença de atitudes e de crenças	Vítima de violência no namoro
Feminino (N=14)	Sim = 2 Não = 12	Sim = 5 Não = 9	+ de 1 ano = 12 - de 1 ano = 2	Sim = 5 Não = 9	Sim = 9 Não = 6	Sim = 3 Não = 11
Masculino (N=1)	Não	Não	+ de 1 ano	Não	Sim	Não

6.3. Caracterização das crenças legitimadoras de violência sexual

Após uma análise das estatísticas descritivas (Tabela 7) é possível afirmar que, em todos os fatores, os valores médios são baixos, indicando que, os estudantes universitários não apresentam crenças legitimadoras de violência sexual.

Contudo, no seu conjunto, o tipo de crenças mais aceitáveis é as que se referem à “*representação estereotipada da violação*” ($M=16,40$; $DP=5,56$).

Tabela 7. Média e desvio-padrão da Escala de Crenças

Fator	Nº de itens	Média(DP)
Representação estereotipada da violação	12	16,40(5,56)
Falsa noção de invulnerabilidade pessoal	5	6,62(1,74)
Consentimento da vítima	4	7,90(3,39)
Provocação da vítima	5	8,52(3,30)
Falsas Negações	5	8,20(3,01)

6.4. Prevalência dos diferentes tipos de coerção sexual e das estratégias coercivas

De modo, a observar a prevalência da coerção sexual, nas relações de namoro, dos estudantes universitários, analisou-se os dados referentes à Escala de Coerção Sexual da Vítima (ECS-Vítima), à Escala de Coerção Sexual do Agressor (ECS-Agressor) e às Escalas de Táticas de Conflitos 2, subescala coerção sexual (ETC2).

A ECS-Vítima permite-nos identificar se a pessoa sofre comportamentos sexuais coercivos, na sua relação de intimidade. Na ECS-Agressor procura-se reconhecer se o indivíduo pratica algum tipo de coerção sexual. Cada escala é constituída por três fatores: o fator “*verbal*”, o fator “*tocar/expor*” e o fator “*coerção ilegal*”.

A análise das estatísticas descritivas (Tabela 8) indica que, em todos os fatores, os valores médios são baixos. Porém, os resultados mostram uma maior prevalência da situação de vítima ($M=16,79$; $DP=6,34$) do que da situação de agressor ($M=14,75$; $DP=4,49$).

Tabela 8. Média e desvio-padrão da Escala de Coerção Sexual da Vítima e do Agressor

Subescalas	Média (DP)
ECS-Vítima_Verbal	7,88(3,11)
ECS-Vítima_Tocar/Expor	4,10(1,94)
ECS-Vítima_Coerção Ilegal	3,63(1,42)
ECS-Vítima_Total	16,79(6,34)
ECS-Agressor_Verbal	6,66(2,10)
ECS-Agressor_Tocar/Expor	3,63(1,48)
ECS-Agressor_Coerção Ilegal	3,35(0,99)
ECS-Agressor_Total	14,75(4,49)

Em relação à ECS-Vítima, a análise de frequências das respostas positivas, demonstra que, 12,8% dos universitários já foram forçados pelo/a seu/sua namorado/a a terem relações sexuais, através de comportamentos sexuais coercivos do tipo *verbal*, nomeadamente, os que estão relacionados com o fazer sentir pena e/ou culpa. Face ao tipo “*tocar/expor*”, verifica-se que, 8,1%

respondeu já ter sofrido, pelo menos, uma das estratégias referidas. Já para o tipo “*coerção ilegal*”, 9,3% respondeu já ter sido vítima de, pelo menos, um dos comportamentos descritos (Tabela 9).

Tabela 9. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual da Vítima

Versão Vítima- Itens	1	2	3	4
Fator Verbal				
1. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo, fazendo com que se sentisse culpada/o?	11,6%	1,2%	11,6%	75,6%
2. Já alguma vez foi forçado/a a por alguém a ter sexo ao discutirem consigo?	-	4,7%	15,1%	80,2%
3. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao chamarem-lhe de púdic/a, frígido/a, etc?	1,2%	2,3%	16,3%	80,2%
4. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao fazerem-lhe sentir que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso deve sexo ao seu/à sua parceiro/a)?	2,3%	7%	16,3%	74,4%
5. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao alcoolizarem-na/o (ou aproveitando-se de si por estar alcoolizada/o)?	-	5,8%	18,6%	75,6%
6. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao implorando-lhe ou fazendo-lhe sentir pena da pessoa?	-	11,6%	10,5%	77,9%
Fator Tocar/Expor				
7. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao despirem-se à sua frente?	-	8,1%	16,3%	75,6%
8. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao exporem-lhe as partes íntimas?	1,2%	9,3%	14%	75,6%
9. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao acariciarem os seus órgãos genitais?	1,2%	12,8%	12,8%	73,3%
Fator Coerção Ilegal				
10. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da chantagem?	-	9,3%	10,5%	80,2%
11. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através de algum tipo de ameaça?	-	3,5%	11,6%	84,9%
12. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da oferta de dinheiro ou de presentes caros?	1,2%	1,2%	9,3%	88,4%
13. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através do uso da força física?	-	12,8%	2,3%	84,9%

Na ECS-Agressor, a análise de frequências das respostas positivas, aponta que, perante a coerção de tipo *verbal*, 1,2% já praticou, pelo menos um dos comportamentos sexuais coercivos referidos. Para o tipo “*tocar/expor*”, 3,5% respondeu, positivamente, a pelo menos, um dos itens desta subescala. Já para o tipo “*coerção ilegal*”, 2,3% já forçou o/a seu/sua companheiro/a, a pelo menos, um dos comportamentos descritos (Tabela 10).

Tabela 10. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual do Agressor

Versão Agressor - Itens	1	2	3	4
Fator Verbal				
1. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com a que a pessoa se sentisse culpada?	1,2%	-	7%	91,9%
2. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, discutindo com a pessoa?	-	1,2%	5,8%	93%
3. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ao chamar-lhe de púdico/a, de frígido/a, etc?	1,2%	-	5,8%	93%
4. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com que a pessoa sentisse que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso o/a seu/sua parceiro/a deve-lhe sexo)?	1,2%	-	8,1%	90,7%
5. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo alcoolizando a pessoa (ou aproveitando-se da mesma por estar alcoolizada)?	-	1,2%	8,1%	90,7%
6. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo implorando ou fazendo com que a pessoa sentisse pena por si?	-	2,3%	11,6%	86%
Fator Tocar/Expor				
7. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo despindo-se à sua frente?	1,2%	2,3%	11,6%	84,9%
8. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo expondo as suas partes íntimas?	-	4,7%	9,3%	86%
9. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo acariciando os seus órgãos genitais?	-	4,7%	15,1%	80,2%
Fator Coerção Ilegal				
10. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo chantageando a pessoa?	-	2,3%	9,3%	88,4%
11. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ameaçando a pessoa?	-	-	9,3%	90,7%
12. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, oferecendo à pessoa dinheiro ou presentes caros?	-	1,2%	9,3%	89,5%
13. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo recorrendo à força física?	-	1,2%	8,1%	90,7%

Para compreender, na totalidade, o espectro de comportamentos sexuais coercivos, nas relações de namoro, analisou-se, também, os dados referentes às Escalas de Táticas de Conflito 2 (ETC2), subescala coerção sexual. Pretende-se com esta subescala recolher informação sobre a prevalência e a cronicidade do uso da coerção sexual, na resolução de conflitos, que surgem na relação amorosa.

Dadas as características de resposta, desta escala, as médias apresentadas, na Tabela 11, apenas incluem os valores de 1 a 6, da subescala. Em relação ao valor 7 que correspondia “isso já aconteceu” foi considerado como valor 1 “aconteceu uma vez” e o valor 8 que correspondia “isso nunca aconteceu” foi considerado como valor 0.

Segundo, os dados, em todos os fatores, os valores médios são muito baixos, já que variam entre 0 e 2, indicando que, os estudantes universitários não praticam e/ou sofrem coerção sexual como forma de resolver o conflito, na intimidade. Contudo, as táticas coercivas menos usadas são as que se referem à prática de severidade severo, isto é, os estudantes universitários, por norma, não procuram praticar estratégias coercivas severas, nas suas relações amorosas. Já, as mais utilizadas são as de gravidade ligeira, também, na prática, o que sugere que, se pratica, nas relações de namoro, comportamentos sexuais coercivos ligeiros.

Tabela 11. Média e desvio-padrão das Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual

Subescala	Média (DP)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Vítima Ligeiro	1,34 (2,55)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Vítima Severo	0,23(1,64)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Agressor Ligeiro	2,08(4,04)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Agressor Severo	0,22(1,47)

A análise das frequências de resposta, na Tabela 12, permite afirmar que, perante o praticar de estratégias ligeiras de coerção sexual, 24,4% dos participantes responderam, positivamente, a pelo menos um dos itens da escala,

isto é, referem já ter praticado essa estratégia coerciva de modo a terminar o conflito, entre si e o/a seu/sua parceiro/a. Destes, 7% já a praticou, mais de 20 vezes, ao longo da sua relação de namoro.

Já, o praticar de estratégias coercivas sexuais graves, 2,4% respondeu, positivamente, a pelo menos, um dos itens da subescala. Destes, 1,2% refere já o ter praticado, entre 6 a 10 vezes, ao longo da sua relação amorosa.

Em relação ao sofrer estratégias ligeiras de coerção sexual, 15,1% respondeu, positivamente, a pelo menos um dos itens. Destes, 7% indica que, já aconteceu consigo, pelo menos, uma vez, na relação.

Enquanto, no sofrer estratégias sexuais coercivas graves 1,2% dos participantes respondeu, já terem sido vítimas de, pelo menos, um dos itens, tendo acontecido consigo, entre 6 a 10 vezes, ao longo da sua relação de namoro.

Tabela 12. Frequências de resposta às Escalas de Táticas de Conflito 2

Item – Severidade Ligeiro (Agressão/Vitimização)	% de Resposta	
	Positiva	Cronicidade⁵ (maior frequência)
1. Fiz o(a) meu(minha) companheiro(a) ter relações sexuais sem preservativo.	24,4%	+20 vezes (7%)
2. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	15,1%	Pelo menos, 1 vez (7%)
3. Insisti em ter relações sexuais quando o(a) meu(minha) companheiro(a) não queria, mas não usei força física.	29,1%	Pelo menos, 1 vez (8,1%)
4. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	24,4%	Pelo menos, 1 vez (11,6%)
5. Insisti com o(a) meu(minha) companheiro(a) para que tivéssemos sexo oral ou anal, mas não usei força física.	9,3%	3 a 5 vezes (3,5%)
6. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	24,4%	Pelo menos, 1 vez (15,1%)
Item – Severidade Severo		
7. Usei a força (e.g. batendo, detendo ou usando uma arma) para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	2,4%	6 a 10 vezes (1,2%)
8. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	1,2%	6 a 10 vezes (1,2%)
9. Usei a força (e.g. ferindo, detendo ou usando uma arma) para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	1,2%	3 a 5 vezes (1,2%)
10. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	1,2%	3 a 5 vezes (1,2%)
11. Recorri a ameaças para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse sexo oral ou anal comigo.	3,5%	Pelo menos, 1 vez (2,3%)
12. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	4,7%	Pelo menos, 1 vez (3,5%)
13. Recorri a ameaças para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	2,4%	6 a 10 vezes (1,2%)
14. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	3,5%	Pelo menos, 1 vez (2,3%)

Perante o valor elevado da percentagem de resposta positiva (54,65% da amostra respondeu, positivamente, a pelo menos um item) procurou-se compreender quem eram os participantes que afirmaram ser agressor e/ou vítima de estratégias sexuais coercivas (Tabela 13).

Destes, 44,19% eram do género feminino (38) e 10,46% do género masculino (9). No universo feminino, a maioria não sofreu abuso na infância, não coabita com o parceiro, encontra-se numa relação de namoro, há mais de

⁵ O seu cálculo implica transformar os valores em 1=1; 2=2; 3=4; 4=8; 5=15; 6=25; 7=0 e 8 = 0.

um ano, conhece uma situação de violência íntima, no círculo de amigos, apresentam atitudes e crenças legitimadoras da prática de violência sexual e um terço são ou já foram vítimas de violência no namoro. Quanto ao género masculino ressalta-se o fato de este, na sua maioria, reportar ter experienciado abuso na infância, apresentar atitudes e crenças legitimadoras de violência sexual, estar a coabitar com a sua parceira, estar envolvido numa relação, há mais de um ano, não ter conhecimento de uma situação de violência, no círculo de amigos e não ser ou já ter sido vítima de violência no namoro.

Tabela 13. Informações sociodemográficas dos participantes com resposta positiva nas Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual

Género	Experiência de abuso	Situação de coabitação	Tempo de namoro	Conhecimento de situação de violência	Presença de atitudes e de crenças	Vítima de violência no namoro
Feminino (N=38)	Sim = 11 Não = 27	Sim = 8 Não = 30	+ de 1 ano = 23 - de 1 ano = 15	Sim = 18 Não = 20	Sim = 20 Não = 18	Sim = 10 Não = 28
Masculino (N=9)	Sim = 5 Não = 4	Sim = 7 Não = 2	+ de 1 ano = 5 - de 1 ano = 4	Sim = 1 Não = 8	Sim = 5 Não = 4	Sim = 3 Não = 6

6.4. Relação entre atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos

De forma, a reconhecer eventuais relações, estatisticamente, significativas entre as variáveis e as escalas aplicadas efetuaram-se correlações de *Pearson* (SPSS 24, 2016).

A Tabela 14, demonstra que, em relação às atitudes implícitas, aqui representadas pelo *DScore*, não se verificam correlações significativas com nenhuma escala.

Quanto às atitudes explícitas, ambos os tipos de atitudes, encontram-se, fortemente, correlacionados de forma positiva e significativa entre si ($r=0,701$), isto é, quem tolera as atitudes de violência para o género masculino, também, o tolera para o género feminino e vice-versa. As atitudes legitimadoras quer masculinas, quer femininas encontram-se, também, correlacionadas positiva e, significativamente, com as crenças de representação estereotipada da violação, com as crenças de provocação da vítima e com as crenças de consentimento da

vítima, porém estas duas últimas com correlações baixas. A relação entre as atitudes masculinas e a escala de coerção sexual tanto na versão vítima como na versão agressor mostram correlações positivas, significativas e de força média, o que indica que quem tolera este tipo de atitudes é, também, quem mais sofre e mais pratica violência sexual. Em relação, à escala de coerção sexual, nomeadamente, o tipo verbal, tanto para a vítima como para o agressor, a correlação apesar de significativa é baixa, o que demonstra que este tipo de comportamento é mais tolerado.

No caso das atitudes femininas as correlações são positivas e significativas, porém de intensidade baixa com a coerção sexual versão agressor e não significativas com a coerção sexual versão vítima, isto é, a aceitação das atitudes de violência sexual não estão correlacionadas com a vitimização de coerção sexual, sobretudo quanto à coerção sexual do tipo verbal e do tipo tocar/expor. Também, em relação às táticas de conflito, as atitudes femininas apresentam uma correlação baixa ou mesmo muito baixa, em particular, em relação às táticas de conflito de severidade ligeiro, tanto enquanto agressor como enquanto vítima. Mais uma vez, detetámos nestes resultados uma baixa relação entre as atitudes e os comportamentos sexuais coercivos.

Em relação às crenças e partindo dos dados da escala total de crenças sobre violência sexual, verifica-se que, as mesmas estão correlacionadas positiva e, significativamente, com as escalas de coerção sexual e com a subescala coerção sexual, das escalas de táticas de conflito, contudo, com grau de intensidade baixo ou médio. Aqueles que praticam coerção ilegal ($r=0,518$) e estratégias coercivas de severidade ligeiro ($r=0,509$) toleram mais as crenças de representação estereotipada da violação. Já, as crenças de falsa noção de invulnerabilidade pessoal são mais aceitáveis por aqueles que praticam coerção sexual do tipo verbal ($r=0,579$), do tipo coerção ilegal ($r=0,643$), do tipo tocar/expor ($r=0,603$) como de severidade severo ($r=0,528$). Também, as vítimas de coerção sexual do tipo verbal ($r=0,501$) e do tipo coerção ilegal ($r=0,509$) legitimam as mesmas. Um agressor de severidade ligeiro apresenta crenças legitimadoras de violência sexual ($r=0,520$). Praticar comportamento sexual coercivo do tipo verbal ($r=0,579$), de severidade severo ($r=0,528$) implica tolerar crenças ligadas às falsas negações.

Tabela 14. Correlações

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. DScore	1																			
2. Atitudes_Masculinas	0,037																			
3. Atitudes_Femininas	0,113	,711**																		
4. Crenças_RepresentaçãoEstereotip	-0,041	,406**	,401**																	
5. Crenças_ProvocaçãoVítima	-0,050	,243*	,245**	,639**																
6. Crenças_FalsaNoçãoInvulnerabilid	0,110	0,182	0,165	,637**	,460**															
7. Crenças_FalsasNegações	0,072	0,170	0,159	,482**	,638**	,311**														
8. Crenças_ConsentimentoVítima	0,027	,254*	,278**	,534**	,532**	,273*	,686**													
9. Crenças_Total	0,008	,347**	,347**	,879**	,831**	,632**	,778**	,777**												
10. ECS_Agressor_Verbal	0,145	,355**	,273*	,405**	0,169	,579**	0,075	0,175	,338**											
11. ECS_Agressor_TocarExpor	0,045	,481**	,288**	,417**	,253*	,430**	0,135	,307**	,390**	,680**										
12. ECS_Agressor_CoerçãoIlegal	0,140	,369**	,285**	,518**	,253*	,643**	0,129	,252*	,443**	,856**	,727**									
13. ECS_Agressor_Total	0,126	,429**	,303**	,474**	,231*	,603**	0,112	,250*	,411**	,948**	,855**	,933**								
14. ECS_Vítima_Verbal	0,049	,333**	0,190	,376**	,230*	,501**	0,098	0,161	,333**	,606**	,548**	,662**	,657**							
15. ECS_Vítima_TocarExpor	-0,013	,451**	0,199	,340**	0,195	,349**	0,043	0,211	,291**	,501**	,698**	,543**	,619**	,781**						
16. ECS_Vítima_CoerçãoIlegal	-0,016	,453**	,260*	,460**	,314**	,509**	0,154	0,211	,413**	,680**	,633**	,782**	,752**	,805**	,752**					
17. ECS_Vítima_Total	0,017	,430**	,231*	,415**	,257*	,499**	0,100	0,199	,365**	,648**	,662**	,718**	,729**	,956**	,899**	,906**				
18. Conflitos_AgressorLigeiro	-0,018	,327**	,220**	,509**	,351**	,367**	,330**	,445**	,520**	,373**	,413**	,377**	,415**	,414**	,422**	,435**	,445**	,329**		
19. Conflitos_AgressorSevero	0,109	,449**	,260*	,366**	0,196	,528**	0,035	0,080	,290**	,786**	,559**	,599**	,733**	,503**	,440**	,570**	,545**			
20. Conflitos_VítimaLigeiro	0,155	,233*	0,103	,437**	,256*	,446**	0,150	0,161	,368**	,584**	,461**	,535**	,581**	,548**	,448**	,535**	,554**	,603**	,608**	
21. Conflitos_VítimaSevero	0,118	,479**	,276*	,300**	0,153	,471**	0,004	0,053	,232*	,768**	,537**	,564**	,707**	,489**	,446**	,564**	,537**	,984**	,311**	,563**

* A correlação é significativa a um nível de significância de 0.05 (2-tailed) ** A correlação é significativa a um nível de significância de 0.01 (2-tailed)

6.5. Género

Com o objetivo de testar o impacto do género na vitimização, na prática e na presença de atitudes e de crenças legitimadoras de violência sexual, nas relações amorosas, foi realizado um *T-Student* (SPSS 24, 2016).

Os resultados apresentados, na Tabela 15, demonstram existir diferenças significativas entre os géneros, em relação, às escalas utilizadas.

Em relação às atitudes implícitas, nomeadamente, ao *DScore*, o género feminino apresentou uma discrepância, significativamente, menor do que o género masculino, quanto aos tempos de resposta, o que indica que, os homens precisam de mais tempo para conseguirem associar a violência a aspetos positivos ou bons. Logo, as mulheres tendem a apresentar uma visão mais positiva da violência ($M=0,82$) do que os homens ($M=1,87$).

Quanto às atitudes explícitas verificou-se que, existem diferenças estatísticas significativas entre homens e mulheres para as escalas de atitudes em relação à violência sexual. Desta, é possível afirmar que, os homens ($M=20,85$) toleram mais as atitudes, tipicamente, masculinas, na justificação da prática de violência sexual do que as mulheres ($M=16,34$). Também, são os homens ($M=28,31$) aqueles que mais legitimam as atitudes, tipicamente, femininas do que as mulheres ($M=21,27$).

Em relação, às crenças legitimadoras de violência sexual, verificou-se que, existem diferenças estatísticas significativas entre homens e mulheres, na escala (total) de crenças sobre violência sexual e no fator consentimento da vítima, da escala de crenças sobre violência sexual, e diferenças, marginalmente, significativas no fator provocação da vítima, da escala de crenças sobre violência sexual. Isto é, os homens ($M=55,23$) apresentam mais crenças legitimadoras de violência sexual do que as mulheres ($M=46,32$) e são os homens ($M=10,31$) aqueles que creem mais nas crenças de consentimento da vítima. Os homens ($M=9,92$), também, apresentam um valor mais elevado nas crenças de provocação da vítima do que as mulheres ($M=8,27$), apesar de ser apenas, marginalmente, significativo, tal como já fora referido.

Em relação, ao praticar e sofrer coerção sexual verifica-se, também, diferenças, estatisticamente, significativas entre os géneros. Os homens ($M=8,61$) praticam mais comportamentos sexuais coercivos do tipo verbal do que as mu-

lheres ($M=6,32$). O mesmo ocorre no tipo coerção ilegal ($Mf=3,21$; $Mm=4,15$). Em relação à coerção de tipo tocar/expor, também, o género masculino ($M=4,46$) o pratica mais do que o género feminino ($M= 3,48$), contudo este resultado é apenas, marginalmente, significativo. Os homens sofrem mais estratégias coercivas do tipo coerção ilegal ($M=4,38$) do que as mulheres ($M=3,49$). Já, considerando, os três tipos de coerção sexual, os homens ($M=18,62$) praticam-nos, significativamente, mais do que as mulheres ($M=14,05$).

Quanto às táticas de conflito, os homens ($M=2,54$) consideram que são mais vítimas de estratégias coercivas de severidade ligeiro do que as mulheres ($M=1,12$), contudo, este resultado é apenas, marginalmente, significativo. O género masculino considera que pratica, significativamente, mais este tipo de estratégia tanto, em termos, de severidade ligeiro ($M=1,15$) como de severidade severo ($M=1,00$) em comparação com as mulheres ($M=0,068$ e $M=0,082$, respetivamente).

Tabela 15. Resultados do *T-Student* para a variável gênero

Variáveis	Feminino Média (DP)	Masculino Média (DP)	<i>t</i>	<i>Sig. (2- tailed)</i>
DScore	0,82 (1,16)	1,87 (1,52)	-2,877	0,005
Tempo de Resposta_Bloco 4	28028,79 (10403,48)	24935,15 (6264,26)	1,036	0,303
Tempo de Resposta_Bloco 7	39033,04 (15953,56)	50186,77 (20487,22)	-2,222	0,029
Escalas de Atitudes Masculinas em relação à Violência Sexual	16,34 (3,98)	20,85 (9,67)	-2,882	0,005
Escalas de Atitudes Femininas em relação à Violência Sexual	21,27 (4,32)	28,31 (6,61)	-4,956	0,000
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Representação Estereotipada Violação	16,00 (5,33)	18,69 (6,49)	-1,623	0,108
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Provocação Vítima	8,27 (3,33)	9,92 (2,87)	-1,676	0,097
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Falsa Noção Invulnerabilidade Pessoal	6,49 (1,61)	7,30 (2,32)	-1,565	0,121
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Falsas Negações	8,07 (3,11)	9,00 (2,35)	-1,028	0,307
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Consentimento Vítima	7,48 (3,05)	10,31 (4,25)	-2,891	0,005
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Total	46,32 (13,29)	55,23 (14,07)	-2,209	0,030
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Verbal	6,32 (1,13)	8,61 (4,31)	-3,947	0,000
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Tocar/Expor	3,48 (1,30)	4,46 (2,11)	-2,270	0,079
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Coerção Ilegal	3,21 (0,73)	4,15 (1,72)	-3,365	0,001
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Total	14,05 (2,86)	18,62 (8,62)	-3,608	0,001
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Verbal	7,73 (2,86)	8,77 (4,29)	-1,115	0,268
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Tocar/Expor	4,01 (1,84)	4,62 (2,47)	-1,030	0,306
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Coerção Ilegal	3,49 (1,21)	4,38 (2,14)	-2,137	0,036
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Total	16,37 (5,59)	19,15 (9,47)	-1,470	0,145
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Vítima Ligeiro	1,12 (2,13)	2,54 (4,12)	-1,873	0,065
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Vítima Severo	1,85 (3,77)	3,38 (5,29)	-1,266	0,209
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Agressor Ligeiro	0,068 (0,35)	1,15 (4,16)	-2,247	0,027
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Agressor Severo	0,082 (0,52)	1,00 (3,61)	-2,109	0,038

6.6. Experiência de abuso na infância

Com o objetivo de testar o impacto da experiência de abuso na infância na vitimização, na prática e na presença de atitudes e de crenças legitimadoras de violência sexual, nas relações amorosas, foi realizado um *T-Student* (SPSS 24, 2016).

A partir dos dados, da Tabela 16, conclui-se que, nas atitudes masculinas em relação à violência sexual, verificam-se diferenças, marginalmente, significativas com o fato de se ter experienciado abuso na infância. Isto é, aqueles que referiram ter sofrido abuso na infância ($M=19,43$) toleram mais as atitudes, tipicamente, masculinas aquando da prática de violência sexual, na sua relação de namoro, do que aqueles que não vivenciaram tal experiência ($M=16,56$).

Quando se sofreu abuso na infância, as crenças de violência sexual, na sua totalidade, são mais toleradas ($M=55,43$) do que naqueles que não foram vítimas ($M=46,15$), destacando-se, também, com diferenças significativas os fatores representação estereotipada da violação e falsa noção de invulnerabilidade pessoal. Isto é, a experiência de abuso contribui para que, o indivíduo apresente crenças tolerante de violência sexual.

De realçar que, aqueles que declaram ter vivenciado abuso na infância praticam mais e são também mais vítimas de todos os tipos de coerção sexual, em comparação com os que afirmam não terem sido vítimas de violência. Todos estes resultados são, estatisticamente, significativos.

Quanto às táticas de conflito, aqueles que sofreram abuso sofrem mais comportamentos sexuais coercivos, quer de severidade ligeiro ($M=3,14$), quer de severidade severo ($M=1,29$), do que aqueles que não vivenciaram violência ($Msl=0,99$ e $Mss=0,03$, respetivamente). Os que experienciaram abuso, também, praticam mais comportamentos sexuais coercivos, de forma a resolver os conflitos, na sua relação de namoro, quer de severidade ligeiro ($M=4,50$), quer de severidade severo ($M=1,21$), do que aqueles que não vivenciaram abuso na infância ($Msl=1,61$ e $Mss=0,03$, respetivamente). Estes dados são, estatisticamente, significativos.

Tabela 16. Resultados do *T-Student* para a variável experiência de abuso na infância

Variáveis	Não Média (DP)	Sim Média (DP)	<i>t</i>	<i>Sig. (2-tailed)</i>
DScore	0,99 (1,29)	0,91 (1,19)	0,205	0,838
Tempo de Resposta_Bloco 4	28032,56 (9872,02)	25136,79 (10196,26)	0,999	0,321
Tempo de Resposta_Bloco 7	41358,28 (17395,91)	37431,71 (15362,59)	0,786	0,434
Escalas de Atitudes Masculinas em relação à Violência Sexual	16,56 (4,54)	19,43 (8,46)	-1,844	0,069
Escala de Atitudes Femininas em relação à Violência Sexual	22,06 (5,07)	23,79 (6,52)	-1,113	0,269
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Representação Estereotipada Violação	15,69 (4,77)	20,07 (7,82)	-2,800	0,006
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Provocação Vítima	8,35 (3,24)	9,43 (3,61)	-1,122	0,265
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Consentimento Vítima	7,68 (3,39)	9,07 (3,27)	-1,414	0,161
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Falsa Noção Invulnerabilidade Pessoal	6,33 (1,31)	8,07 (2,77)	-3,653	0,000
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Falsas Negações	8,10 (3,03)	8,79 (2,97)	-0,781	0,437
Escala de Crenças sobre Violência Sexual_Total	46,15 (12,53)	55,43 (17,13)	-2,379	0,020
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Verbal	6,38 (1,18)	8,14 (4,28)	-3,024	0,003
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Tocar/Expor	3,43 (1,14)	4,64 (2,41)	-2,945	0,004
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Coerção Ilegal	3,21 (0,73)	4,07 (1,69)	-3,131	0,002
Escala de Coerção Sexual, Agressor_Total	14,07 (2,94)	18,21 (8,30)	-3,348	0,001
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Verbal	7,40 (2,65)	10,36 (4,14)	-3,453	0,001
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Tocar/Expor	3,82 (1,67)	5,57 (2,56)	-3,262	0,002
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Coerção Ilegal	3,44 (1,19)	4,57 (2,06)	-2,838	0,006
Escala de Coerção Sexual, Vítima_Total	15,81 (5,32)	21,86 (8,66)	-3,477	0,001
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Vítima Ligeiro	0,99 (1,87)	3,14 (4,38)	-3,036	0,003
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Vítima Severo	0,03 (0,24)	1,29 (3,99)	-2,719	0,008
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Agressor Ligeiro	1,61 (3,48)	4,50 (5,75)	-2,523	0,014
Escalas de Táticas de Conflitos 2, Coerção Sexual_Agressor Severo	0,03 (0,24)	1,21 (3,56)	-2,870	0,005

Capítulo 7. Discussão

O que é que define o consentimento numa relação de intimidade e como é que se estabelece limites em algo que, para muitos, não lhes é reconhecível? Aliás, quando é que um não é mesmo um não? Saberemos dizer não?

A presença da violência, numa relação amorosa, traz consigo diversas variáveis. A ausência de alguma dessas variáveis pode dificultar a leitura correta do fenómeno, porém definir o seu impacto implica definir o que é, e o que não é violento. Sendo, a violência íntima, um assunto atual, cujos limites nem sempre são fáceis de definir, procurámos, neste estudo, concentrarmo-nos numa população específica - os alunos universitários, e mais, especificamente, na violência sexual, que tem sido menos estudada.

Como este estudo é, essencialmente, exploratório teve como objetivos principais: (a) estudar tanto as atitudes explícitas como as atitudes implícitas associadas à violência sexual no namoro, já que, é uma temática em que existe uma pressão social para dar respostas “socialmente corretas”; b) caracterizar as atitudes e as crenças que legitimam os comportamentos sexuais coercivos; c) estabelecer a prevalência das diferentes formas de coerção sexual nas relações de intimidade, quer ao nível da vitimização, quer da prática; d) analisar a relação entre atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos, nas relações íntimas, dos universitários e, finalmente, e) explorar o impacto de fatores sociodemográficos como o género e a experiência de abuso na infância na vitimização e na prática de violência sexual, assim, como nas crenças e nas atitudes.

Em termos de atitudes e de crenças, os resultados evidenciam valores baixos, para ambas as escalas, o que representa uma baixa aceitação da prática de violência sexual, na intimidade. Contudo, como se trata de uma atitude socialmente mal aceite, é natural que se tenha verificado um enviesamento em função da atitude, socialmente aceite, que é a da não aceitação da violência (Dovidio *et al.*, 1996), por essa razão, estes dados devem ser lidos com uma confiança limitada. Porém, dois dados se destacam desta mesma análise. O primeiro aspeto passa pela maior aceitação do género masculino de ambos os tipos de atitudes legitimadoras da prática de violência sexual, e o segundo

aspecto pela maior aceitação da violência, também, por parte do género masculino.

Neste caso, considerando alguns dos estudos descritos, ao longo do corpo teórico, podemos estar perante uma possível dissociação da perceção da violência, nas relações de intimidade, o que nos remete para a dicotomização do pensamento e, conseqüentemente, para a presença de distorções cognitivas (Eckhardt & Dye, 2000). Uma outra explicação presente na literatura é, simplesmente, o género masculino aqui atribuir a responsabilidade da ocorrência da violência à parceira, considerando-se dominante e agressivo, por lhe ser um direito social e sexual, o que conduz à defesa de uma cultura de tolerância da violência praticada. Em última instância, pode estar presente uma socialização sexista, em que o homem se comporta e desenvolve expectativas relacionais, em função dos papéis de género considerados, socialmente, adequados (Ben-David & Schneider, 2005; Geiger, Fischer & Eshet, 2005; McDermott *et al.*, 2016), acabando por responder mais de acordo com essas normas (Skowronski & Lawrence, 2001; Felson, Ackerman & Yeon, 2003) e não reconhecendo o comportamento sexual violento, nem a presença da atitude legitimadora.

Quanto às atitudes implícitas verificou-se a tendência dos estudantes universitários em associarem a violência a estímulos negativos. Contudo, 17,4% dos participantes fez uma associação positiva entre a violência e o bom. A análise deste grupo de sujeitos não permitiu compreender quais são os fatores que estão associados a esta visão, já que seria, então, necessário uma amostra mais alargada e um estudo mais aprofundado destes casos. De facto, os resultados do Teste de Associação Implícita vão ao encontro das principais conclusões retiradas por Eckhardt e Crane, na sua investigação, em 2014.

O que é, socialmente, correto parece estar implícito de alguma forma, neste estudo, nomeadamente, no que diz respeito à ideia de que a violência sexual acontecerá só se for ultrapassado um limite. Aliás, se não existe a delimitação do que constitui esse mesmo limite muito, provavelmente, a pessoa nem deve apresentar algum tipo de construção social e cognitiva sobre o tema (Mendes, Duarte, Araújo & Lopes, 2013). Logo, se a perceção de que alguns

comportamentos sexuais coercivos não configuram situações de abuso podemos, então, entrar na esfera da banalização do comportamento, porque se os próprios não as reconhecem como algo verídico poderão nunca ter pensado nelas como algo negativo, até ao momento do estudo. É certo que, os jovens universitários normalizam a ocorrência da violência sexual, aceitando-a, aparentemente, caso esta não ocorra em associação com a violência física. Domina, então, a ideia de que não é violência caso a pessoa não se magoe, aliás a força física parece ser o único elo no domínio da violência, nas relações de intimidade (AMCV, 2018).

Os dados deste estudo apontam para uma prevalência de vitimização entre 12,8% e 24,4% e de prática entre os 1,2% e 29,1%. Estes valores vão na linha dos reportados por Paiva e Figueiredo (2004), em contexto nacional, e por Adhikari (2013), e são claramente valores relevantes e merecem um estudo aprofundado, até porque alguns dos comportamentos sexuais coercivos aqui assinalados implicam a prática de violência física.

Outros resultados revelantes são a prevalência de comportamentos sexuais coercivos como o “obrigar o/a parceiro/a a ter relações sexuais sem preservativo” (24,4%) que vai ao encontro dos dados encontrados por Reis e os seus colaboradores (2012), na sua investigação. Contudo, é muito superior no nosso estudo (29,1%) os resultados recentes de Neves e os seus colaboradores (2018), em que a insistência para ter relações sexuais sem recorrer ao uso da força física teve uma prevalência de apenas 8%. Também aqui, é preciso explorar o significado deste pedido, na medida em que, pode estar associado à perceção de confiança ou de fidelidade (Caridade, 2011).

Quanto à prática de outras estratégias coercivas, nomeadamente, o resultado referente às táticas de conflito de severidade ligeiro ser um dos tipos mais praticados, tal se justifica pela evidência de como os homens são as principais vítimas de coerção sexual, os mesmos tendem a sê-lo de comportamentos sexuais coercivos considerados “mais leves” (UMAR, 2018). O mesmo, também, se pode dever ao fato de como se trata de uma amostra de conveniência, as formas mais severas de abuso tornam-se, assim, mais raras de encontrar (Alexandra & Figueiredo, 2006).

Em relação à correlação entre as atitudes, as crenças e os comportamentos de coerção sexual enquanto agressor e as táticas de conflito enquanto agressor, os resultados diferem do esperado. De facto, se as atitudes e as crenças explícitas manifestadas estivessem de acordo com os comportamentos sexuais coercivos, os resultados deveriam ser correlações positivas muito fortes, isto é, quanto menos apresentassem crenças e atitudes a favor da violência menos comportamentos de violência sexual existiriam e vice-versa. Contudo, os resultados mostram correlações positivas e significativas, mas de intensidade média.

Estes resultados não vão de encontro aos enunciados por Eckhardt e Dye (2000), por Eckhardt e Jamison (2002) e por Stith e os seus colaboradores (2004), o que nos pode permitir concluir que, talvez, a prática de comportamentos sexuais coercivos não esteja associada, exclusivamente, às distorções cognitivas e às crenças não-adaptativas, tal como seria espetável, ou, então, verifica-se uma desvalorização da violência mais ligeira, que não é entendida, verdadeiramente, pelos sujeitos como algo violento.

Em termos de género, verifica-se que, tanto homens e mulheres são agressores e vítimas. Salientar que, ser agressor implica ser vítima como ser vítima implica ser agressor e que todos os tipos de coerção sexual são praticados como sofridos. Tal visibilidade foi constatada pelos estudos de Scarduzio e os seus colaboradores (2016), de Almeida (2008), de Oswald e Russell (2006) e de Paiva e Figueiredo (2004).

Contudo, ser homem ou ser mulher influencia o grau de tolerância face às crenças e às atitudes legitimadoras de violência sexual, tal como em ser agressor. De facto, os homens apresentam mais crenças e atitudes legitimadoras de violência sexual do que as mulheres e estes são as principais vítimas, tal como os principais agressores, de comportamentos sexuais coercivos, na intimidade. Resultados estes de acordo com Alexandra e Figueiredo (2006), Straus (2004) e Paiva e Figueiredo (2004).

Enquanto, experienciar abuso na infância - 2,5 em cada 10 estudantes afirmam terem sido vítimas de violência no passado - implica um maior grau de aceitação das crenças legitimadoras, nomeadamente, as que estão ligadas à “re-

apresentação estereotipada da violação” e à “falsa noção de invulnerabilidade pessoal”, o que se pode justificar devido à maior dificuldade de ajustamento psicológico que as vítimas apresentam e que conduz, conseqüentemente, à prática e à vitimização de comportamentos sexuais coercivos. Resultados semelhantes foram reportados por Figueiredo e os seus colaboradores (2002), por Kitzman e os seus colaboradores (2003) e por Gover, Kaukinen e Fox (2008). Contudo, esta mesma variável, alerta para o fato de quando se tem consciência desta situação de vítima, o quanto é que a mesma pode limitar as crenças e as atitudes legitimadoras atuais, isto é, até que ponto é que esta vivência condiciona a rede de saberes e de crenças daqueles que a sofrem e como é que poderá afetar aqueles que podem ter sido vítima, mas que não apresentam consciência da mesma.

Outros dados preocupantes prende-se por 3,8 estudantes em cada 10 conhecer uma situação de violência, na intimidade, no seu círculo de amigos como por 16,3% indicar ser ou já ter sido vítima de violência no namoro, o que poderá evidenciar uma, ainda, maior prevalência do fenómeno, no meio universitário e, talvez, a coexistência de outro tipo de abuso.

A universidade pode, aqui, assumir um papel fulcral de mudança, já que, a prevalência de estratégias coercivas é alarmante e a aposta na promoção de um ambiente segurizante de denúncia, mas também de educação, contribuirá para quebrar com comportamentos violentos, os estereótipos e as atitudes legitimadoras de violência. Violência, essa que se trata de uma questão de poder e de controlo social (AMCV, 2018).

Em suma, os dados recolhidos apontam para que, a coerção sexual seja uma das estratégias de abuso mais comum, na intimidade, cuja intenção passa por compelir o/a companheiro/a a envolver-se numa atividade sexual indesejada, seja ela vaginal, anal ou oral, abrangendo comportamentos sexuais coercivos que vão, sobretudo, desde a insistência verbal a ameaças como para que, a deseabilidade social seja um dos fatores explicativos dos resultados aqui relatados.

Limitações e Considerações

Conseguir assinalar as limitações, permite não só reconhecer o que falhou, o que se pode melhorar como, até, onde podemos analisar os dados resultantes.

Ao nível da amostra, a sua representatividade pode colocar em causa a validade do estudo, se considerada a dimensão desta. A mesma deverá ser alargada e comparada com amostras clínicas para que, os resultados possam ser compreendidos, considerando, também, as consequências impostas pela vitimização deste tipo de violência, no namoro. Nomeadamente, com as que se referem à experiência de abuso na infância.

As características sociodemográficas prejudicam aqui os cálculos comparativos, já que o género masculino se reflete num N reduzido e poderá ter conduzido ao enviesamento dos resultados. Em estudos semelhantes, devese procurar equilibrar as amostras recolhidas.

Também, se poderia ter considerado mensurar a variável “vive em meio urbano ou em meio rural”, porque a mesma tem surgido ligada à literatura e teria sido relevante para analisar o seu impacto.

O fato de não se ter questionado se o participante já teria sofrido uma tentativa de violação ou mesmo uma violação faz com que um dos tipos de violência sexual mais comum, nas universidades, tenha sido deixado de lado.

As condições ambientais em que decorreu a recolha de dados poderiam ter tido em conta um ambiente laboratorial, já que teria descontraído mais os participantes.

Já, os instrumentos em si podem ter conduzido a algumas deduções incorretas quanto ao que se estava a questionar, já que a sua adaptação, apesar de cuidadosa, pode conduzir a algum tipo de enviesamento linguístico.

O tema em si é um obstáculo, porque as respostas necessárias estão, seriamente, dependentes da sinceridade de cada participante, podendo levar a deduções erróneas.

Outros estudos deverão, também, ser realizados para que se possa compreender quais as variáveis explicativas para a ocorrência de violência, na intimidade, em particular, em indivíduos com experiência de abuso na infância.

Também, se torna pertinente compreender os fatores presentes para a apresentação de uma visão positiva da violência e qual o seu verdadeiro impacto na prática e na vitimização de comportamentos sexuais coercivos.

Referências

- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia, Teoria e Prática*, 6(1), 105-120.
- Adhikari, R. (2013). Violence in dating relationship: extent, nature and consequences. *Journal of University Grants Commission*, 2(1), 138-147.
- Almeida, T. (2008). A violência no namoro. In L. Tardivo & C. Gil (Eds.), *Anais da VI Jornada Apoiar: saúde mental e violência, contribuições no campo da psicologia clínica social* (pp. 136-146). São Paulo: Vetor.
- Alexandra, C. & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das “escalas de táticas de conflito revisadas”: estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 14-39.
- Archer, J. (2006). Cross-cultural differences in physical aggression between partners: a social-role analysis. *Personality and Social Psychology Review*, 10, 133–153.
- Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV). (2018). Seminário - Prevenção da violência sexualizada em contexto escolar e universitário. Portugal: Lisboa.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition: an integrated introduction*. London: Sage Publications.
- Bandeira, L. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469.
- Barberá, E. (2004). Violência e poder na vida cotidiana do casal. In M. Vitale (Org.), *Laços amorosos: terapias de casal e psicodrama* (pp-211-232). São Paulo: Agora.
- Barroso, R. (2017). *Violência sexual em Portugal: em que ponto estamos?* Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

- Ben-David, S. & Schneider, O. (2005). Rape perceptions, gender role attitudes and victim-perpetrator acquaintance. *Sex Roles*, 53(5/6), 385-399.
- Bethke, T. & DeJoy, D. (1993). An experimental study of factors influencing the acceptability of dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, 36–51.
- Butchart, A., Garcia-Moreno, C. & Miktou, C. (2012). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo* (B&C Revisão de Textos, Trad.). Brasil: Organização Mundial da Saúde. (Obra original publicada em 2010).
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S. & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Coffey, P., Leitenberg, H., Henning, K., Bennett, R. & Jankowski, M. (1996). Dating violence: the association between methods of coping and women's psychological adjustment. *Violence and Victims*, 11, 227–238.
- Cowan, G. (2000). Women's hostility toward women and rape and sexual harassment myths. *Violence Against Women*, 6(3), 238-246.
- Cowan, G. & Quinton, W. (1997). Cognitive style and attitudinal correlates of the perceived causes of rape scale. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 227-245.
- Dahlberg, L. & Krug, E. (2002). Violence – a global public health problem. In: E. Krug, L. Dahlberg, J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano (Eds.). *World report on violence and health* (pp. 3–21). Geneva: World Health Organization.
- Dawson, M. (2006). Intimacy and violence: exploring the role of victim-defendant relationship in criminal law. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 96(4), 1417-1449.
- Dixe, M., Rodrigues, A., Freire, C., Rodrigues, G., Fernandes, M. & Dias, T. (2010). *A violência de gênero na relação de namoro em estudantes do*

ensino superior: práticas e comportamento de violência. Instituto Politécnico de Leiria.

- Dovidio, J., Brigham, J., Johnson, B. & Gaertner, S. (1996). Stereotyping, prejudice and discrimination. In. N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone (Eds.), *Foundations of stereotypes and stereotyping* (pp. 276-319). New York: Guilford Press.
- Eckhardt, C. & Craine, C. (2014). Male perpetrators of intimate partner violence and implicit attitudes toward violence: associations with treatment outcomes. *Cognitive Therapy and Research*, 38(3), 291-301.
- Eckhardt, C. & Dye, M. (2000). The cognitive characteristics of maritally violent men: theory and evidence. *Cognitive Therapy and Research*, 24(2), 139-158.
- Eckhardt, C. & Jamison, T. (2002). Articulated thoughts of male dating violence perpetrators during anger arousal. *Cognitive Therapy and Research*, 26(3), 289-308.
- European Commission. (2016). *Special Eurobarometer 449: gender-based violence*. European Union
- European Institute for Gender Equality. (2017). *Sexual violence*. [On-line]. Retirado de http://eige.europa.eu/rdc/library/resource/IAV_ADL221393
- Fazio, R. & Olson, M. (2003). Implicit measures in social cognition research: their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54, 297-327.
- Fehringer, J. & Hindin, M. (2009). Like parent, like child: intergenerational transmission of partner violence in Cebu, the Philippines. *Journal of Adolescent Health*, 44(4), 363–371.
- Felson, R., Ackerman, J. & Yeon, S. (2003). The infrequency of family violence. *Journal of Marriage and Family*, 65, 622-634.
- Ferreira, L. & Fioroni, L. (2013). *Concepções sobre relacionamentos amorosos na contemporaneidade: um estudo com universitários*. Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Figueiredo, B., Fernandes, E., Matos, R. & Maia, A. (2002). Maus tratos na infância: trajetórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade

- adulta. In R. Gonçalves & C. Machado (Coords.). *Violência e Vítimas de Crime: Vol. 1 – Adultos* (pp. 163-210). Coimbra: Quarteto.
- Figueiredo, B. Maia, A., Matos, R., Fernandes, E. & Ribeiro, L. (2000). Maus tratos na infância: impacto desenvolvimental na idade adulta. *Atas do Congresso Internacional: Os Mundos Sociais e Culturais da Criança*, 3, 99-111.
- Flake, D. (2005). Individual, family, and community risk markers for domestic violence in Peru. *Violence Against Women*, 11(3), 353–373.
- Freese, B., Moya, M. & Megías, J. (2004). Social perception of rape: how rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 143-161.
- Fiske, S. & Taylor, S. (2016). *Social cognition: from brains to culture*. 3rd edition. London: Sage Publications.
- Geiger, B., Fischer, M. & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multiethnic society. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(4), 406-426.
- Gibb, B., Abramson, L. & Alloy, L. (2004). Emotional maltreatment from parents, verbal peer victimization, and cognitive vulnerability to depression. *Cognitive Therapy and Research*, 29(1), 1-21.
- González-Ortega, I., Echeburúa, E. & Paz de Corral (2008). Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: una revisión. *Behavioral Psychology*, 16(2), 207-225.
- Gover, A., Kaukinen, C. & Fox, K. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693.
- Greenwald, A. & Banaji, M. (1995). Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4-27.
- Greenwald, A., McGhee, D. & Schwartz, J. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464-1480.

- Greenwald, A., Nosek, B. & Banaji, M. (2003). Understanding and using the implicit association test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 197-216.
- Hanley, M. & O'Neill, P. (1997). Violence and commitment: A study of dating couples. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 685–703.
- Harvey, A., Garcia-Moreno, C. & Butchart, A. (2007). Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence: background paper of WHO expert meeting: Geneva: World Health Organization.
- Heise, L., Ellsberg, M. & Gottemoeller, M. (1999). Ending violence against women. *Population Reports*, L(11), 1-45.
- Hines, D. & Saudino, K. (2002). Intergenerational transmission of intimate partner violence: a behavioral genetic perspective. *Trauma, Violence & Abuse*, 3(3), 210-225.
- Hollander, J. (2001). Vulnerability and dangerousness. The construction of gender through conversation about violence. *Gender and Society*, 15(1), 83-109.
- Ismail, F., Berman, H. & Ward-Griffin, C. (2007). Dating violence and the health of young women: a feminist narrative study. *Health Care for Women International*, 28, 453-477.
- Katz, J., Street, A. & Alias, I. (1997). Individual differences in self-appraisals and responses to dating violence scenarios. *Violence and Victims*, 12, 265–276.
- Kaura, S. & Lohman, B. (2007). Dating violence victimization, relationship satisfaction, mental health problems, and acceptability of violence: a comparison of men and women. *Journal of Family Violence*, 22, 367-381.
- Kelly, C. (1995). *Dating violence*. The National Clearinghouse on Family Violence.
- Kitzmann, K., Gaylord, N., Holt, A. & Kenny, E. (2003). Child witnesses to domestic violence: a meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(2), 339–352.

- Krug, E., Dahlberg, L., Mercy, J., Zwi, A. & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Jewkes, R., Garcia-Moreno, C. & Sen, P. (2002). Sexual violence. In E. Krug, L. Dahlberg, J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (pp. 149–181). Geneva: World Health Organization.
- Johnson, K. & Das, M. (2009). Spousal violence in Bangladesh as reported by men: prevalence and risk factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 977–995.
- Kimmel, M. (2002). "Gender symmetry" in domestic violence: A substantive and methodological review. *Violence Against Women*, 8(11), 1332-1363.
- Lane, K., Banaji, M., Nosek, B. & Greenwald, A. (2007). Understanding and using the implicit association test: IV – What we know (so far) about the method. In B. Wittenbrink & N. Schwarz (Eds.), *Implicit Measures of Attitudes* (pp.59-102). London: The Guilford Press.
- Lewis, F. & Fremouw, W. (2001). Dating violence: a critical review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 21(1), 45-59.
- Machado, T., Macieira, I. & Carreiras, M. (2010). Violência nas relações de namoro: influências de crenças e área de formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 14(2), 355-372.
- Machado, A. & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 5, 5-28.
- Malyadri, P. (2013). Domestic violence against women strategical remedies for its causes and consequences. *International Journal of Information, Business and Management*, 1(5), 97-108.
- Marcelino, C. (2017). Entrevista ao Jornal Público. [On-line].
- Marcello, C. (2018). *A sociedade não nos ensina o que é consentimento*. Público-Podcast do Género [On-line].
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6ªEd.). Pêro Pinheiro: Report Number.

- Marôco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *ISPA - Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R. & Manita, C. (2012). Escala de crenças sobre violência sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30(1/2), 171-191.
- Mathes, E. & McCoy, J. (2011). Perpetration of sexual coercion and victim of sexual coercion scales: development and validation. *Psychological Reports*, 108(2), 449-469.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia, Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.
- McDermott, R., Naylor, P., McKelvey, D. & Kantra, L. (2016). College men's and women's masculine gender role strain and dating violence acceptance attitudes: testing sex as a moderator. *Psychology of Men and Masculinity*, 16, 1-14.
- Mendes, J., Duarte, M., Araújo, P. & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: representações e práticas. *Teoria & Sociedade*, 21(1), 1-25.
- Mendes, J., Duarte, M., Araújo, P. & Lopes, R. (2015). Não se perder no mundo: rituais, violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal. *Miscellanea APAV*, 0, 21-32.
- Miller, L. (2011). Physical abuse in a college setting: a study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, 26, 71-80.
- Moffitt, T. & Caspi, A. (1999). *Findings about partner violence from the Dunedin multidisciplinary health and development study*. United States of America: National Institute of Justice.
- Muñoz-Rivas, M., Gómez, J., O'Leary, K. & Lozano, P. (2007). Physical and psychological aggression in dating relationships in Spanish university students. *Psicothema*, 19(1), 102-107.

- Munsch, C. & Willer, R. (2012). The role of gender identity threat in perceptions of date rape and sexual coercion. *Violence Against Women, 18*(10), 1125-1146.
- National Clearinghouse on Family Violence (n/d). *Violence in dating relationships*. Government of Canada.
- Neves, S., Correia, A., Ferreira, M. & Borges, J. (2018). *Estudo nacional sobre a violência no namoro em contexto universitário: crenças e práticas*. Lisboa: Associação Plano i.
- Nutt, R. (1999). Women's gender-role socialization, gender-role conflict and abuse. In M. Harway & J. O'Neil (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp. 117-134). London: Sage Publications.
- Oliveira, M. & Miranda, M. (2012). Paradigma: teste de associação implícita. *Laboratório de Psicologia, 10*(2), 235-249.
- Oliveira, M. & Sani, A. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In B. Silva & L. Almeida (Coords.), *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação.
- Oliveira, M. & Sani, A. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 162-170*.
- Oswald, D. & Russell, B. (2006). Perceptions of sexual coercion in heterosexual dating relationships: the role of aggressor gender and tactics. *The Journal of Sex Research, 43*(1), 87-95.
- Paat, Y. & Markham, C. (2016). The roles of family factors and relationship dynamics on dating violence victimization and perpetration among college men and women in emerging adulthood. *Journal of Interpersonal Violence, 1-34*.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde e Doenças, 4*(2), 165-184.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica, 36*, 75-107.

- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., Espinosa, G. & Guzmán, C. (2006). La violencia contra las mujeres en la pareja: creencias y actitudes en estudiantes universitarios/as. *Psicothema*, 18(3), 359-366.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M. & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: determinantes socio-demográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología*, 22(2), 251-259.
- Price, E., Byres, S. & Dating Violence Research Team. (1999). The attitudes towards dating violence scales: development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351-375
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, Ministério Público (2018). Dec. Lei 400/82 de 21 de fevereiro. [On-line].
- Randle, A. & Graham, C. (2011). A review of the evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity*, 12, 97-111.
- Reis, M., Ramiro, L., Matos, M. & Diniz, J. (2012). Os comportamentos sexuais dos universitários portugueses de ambos os sexos em 2010. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 30(2), 105-114.
- Rights of Women. (2014). Revenge porn, online abuse and the law. [On-Line]. Retirado de <http://rightsofwomen.org.uk/get-information/violence-against-women-and-international-law/revenge-porn-online-abuse-and-the-law/#What%20is%20revenge%20porn?>
- Scarduzio, J., Carlye, K., Harris, K. & Savage, M. (2016). “Maybe she was provoked”: exploring gender stereotypes perpetrators of intimate partner violence. *Violence Against Women*, 1-25.
- Schatzel-Murphy, E., Harris, D., Knight, R. & Milburn, M. (2009). Sexual coercion in men and women: similar behaviors, diferente predictors. *Archives of Sexual Behavior*, 38, 974-986.
- Schechory, M. & Idisis, Y. (2006). Rape myths and social distance toward sex offenders and victims among therapists and students. *Sex Roles*, 54(9), 651-658.

- Skowronski, J. & Lawrence, M. (2001). A comparative study of the implicit and explicit gender attitudes of children and college students. *Psychology of Women Quarterly*, 25, 155-165.
- Smetha, L. & Oliveira, M. (2013). Os relacionamentos amorosos na contemporaneidade sob a óptica dos adultos jovens. *Revista Psicologia, Teoria e Prática*, 15(2), 33-45.
- Sorenson, S. & Taylor, C. (2005). Community-based norms about intimate partner violence: putting attributions of fault and responsibility into context. *Sex Roles*, 53(7/8), 573-589.
- SPSS Statistics 24 (2016). London: IBM Corporation.
- Stasko, E. & Geller, P. (2015). *Reframing sexting as a positive relationship behavior*. American Psychological Association.
- Stith, S., Smith, D., Penna, C., Ward, D. & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 65-98.
- Straus, M. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811.
- Sullivan, T., Schroeder, J., Duddley, D. & Dixon, J. (2010). Do differing types of victimization and coping strategies influence the type of social reactions experienced by current victims of intimate partner violence? *Violence Against Women*, 16(6), 638-657.
- Thornton, V. (2014). Understanding the emotional impact of domestic violence on young children. *Educational & Child Psychology*, 31(1), 90-100.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). (2018). *Violência no namoro*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Vanderwoerd, J. (2009). Experiences of sexual coercion, awareness of services and acceptance of rape myths among students in rural colleges. *Rural Social Work and Community Practice*, 14(1), 17-27.
- Woollett, N. & Thomson, K. (2016). Understanding the intergenerational transmission of violence. *The South African Medical Journal*, 106(11), 1068-1070.

World Health Organization (2003). *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence*. Geneva: World Health Organization.

Zuccolotto, A., Roush, R., Eschman, A. & Schneider, W. (2012). *E-Prime 2 – Getting Started Guide*. London: Psychology Software Tools.

Anexos

Anexo I

Termo de Consentimento de Participação

Elaborada no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica, pela Universidade de Évora, a presente investigação tem como finalidade compreender o que pensam e o que fazem os estudantes universitários perante a vivência de violência sexual nas suas relações de namoro.

Desta forma, peço-lhe a sua colaboração para o preenchimento dos seguintes questionários, com a duração estimada de cerca de 20 minutos. A sua participação é voluntária e confidencial. Caso o deseje pode desistir a qualquer momento, bastando fechar a página. Os dados recolhidos destinam-se, unicamente, a fins académicos, salvaguardando assim o seu anonimato.

Responda às questões com a máxima honestidade.

São condições necessárias à sua participação:

- (1) Estar numa relação de namoro;
- (2) Idade superior a 18 anos;
- (3) Ser estudante universitário/a.

Obrigada desde já pelo seu contributo!

Patrícia Ramos

Caso considere necessário qualquer tipo de esclarecimento pode entrar em contacto comigo através do seguinte correio eletrónico: patriciaramos93@hotmail.com

Antes de começar, por favor, declare que:

- Concordo participar na investigação
- Não concordo participar na investigação

Anexo II

Questionário Sociodemográfico

Género

- Feminino
 Masculino

Idade

Nacionalidade

- Portuguesa
 Estrangeira

Distrito de Residência/Ilha:

Curso:

Ano de Frequência do Curso:

Considera que, durante a sua infância foi vítima de algum tipo de abuso?

- Sim
 Não

A que tipo de abuso considera ter sido sujeito/a?

*(Pode seleccionar mais do que uma opção)

- Físico
 Psicológico
 Sexual
 Stalking (Perseguição)
 Não sabe/Não responde
 Não se aplica

Tendo em conta o seu conhecimento sobre violência nas relações de namoro considera que é ou que já foi vítima?

- Sim
 Não

Indique qual das seguintes situações se aplica a si:

- Atualmente, encontro-me numa relação de namoro que dura há mais de 1 ano.
- Atualmente, encontro-me numa relação de namoro que dura há cerca de 6 meses.
- Atualmente, encontro-me numa relação que dura há mais de 6 meses, mas menos do que 1 ano.
- Atualmente, encontro-me numa relação que dura há menos de 6 meses.

Coabita com o/a seu/sua namorado/a?

- Sim
- Não

Diria que, a sua relação é pautada por comportamentos de violência?

- Sim
- Não

Após o início da relação, quando é que ocorreu pela primeira vez comportamentos violentos?

- Durante o 1º mês
- Entre o 1ª e o 6ª mês
- Entre o 6º mês e o 1º ano
- Após o 1º ano
- Não se aplica

Com que frequência ocorrem estes mesmos comportamentos de violência?

- Diariamente
- Mensalmente
- Semanalmente
- Não se aplica

Já alguma vez, tentou terminar a sua relação por a considerar violenta?

- Sim Não

Tem conhecimento de alguma situação de violência no namoro no seu grupo de amigos?

Sim

Não

MUITO OBRIGADA!

Anexo III

Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

(Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012)

Indique a sua opinião:

1 = Discordo, totalmente

2 = Discordo

3 = Não discordo nem concordo

4 = Concordo

5 = Concordo, totalmente

	1	2	3	4	5
1. Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima.					
2. Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual.					
3. Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas “indecentes”.					
4. Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem agressões sexuais.					
5. As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.					
6. Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.					
7. Há pessoas que merecem ser violadas.					
8. Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro.					
9. Se não for usada violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado.					
10. Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim.					
11. Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					
12. A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.					
13. Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo á noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					

14. Muitas queixas de violação são inventadas quando os/as companheiros/as expressam o desejo de terminar a relação.

15. Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspeto diferente das outras.

16. Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave.

17. Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.

18. Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.

19. Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.

20. Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.

21. Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual “indecente”, então, a agressão sexual é menos grave.

22. Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais não é violação.

23. Uma queixa de violação feita dias após o ato, provavelmente, não é verdadeira.

24. Se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.

25. Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual.

26. “Quem anda à chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido/a sexualmente deve evitar expor-se ao risco.

27. Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob o efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela.

28. Se uma pessoa aceita algum ato de natureza sexual com outra (ex. carícias, beijos), então, isso quer dizer que ela quer ter relações sexuais com essa pessoa.

29. Se uma pessoa não quiser ser mesmo violada, ela consegue defender-se.

30. Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.

Anexo V

Escala de Coerção Sexual do Agressor e da Vítima

(Mathes & McCoy, 2011)

Indique a sua opinião:

1 = Sim, definitivamente

2 = Sim

3 = Não, definitivamente

4 = Não

*** Escala de Coerção Sexual do Agressor**

	1	2	3	4
1. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com a que a pessoa se sentisse culpada?				
2. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, discutindo com a pessoa?				
3. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ao chamar-lhe de púdico/a, de frígido/a, etc?				
4. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com que a pessoa sentisse que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso o/a seu/sua parceiro/a deve-lhe sexo)?				
5. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo alcoolizando a pessoa (ou aproveitando-se da mesma por estar alcoolizada)?				
6. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo implorando ou fazendo com que a pessoa sentisse pena de si?				
7. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo despindo-se à sua frente?				
8. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo expondo as suas partes íntimas?				
9. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo acariciando os seus órgãos genitais?				
10. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo chantageando a pessoa?				
11. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ameaçando a pessoa?				
12. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, oferecendo à pessoa dinheiro ou presentes caros?				
13. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo recorrendo à força física?				

* Escala de Coerção Sexual da Vítima

1 2 3 4

1. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo, fazendo com que se sentisse culpada/o?

2. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao discutirem consigo?

3. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao chamarem-lhe de púdico/a, frígido/a, etc?

4. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao fazerem-lhe sentir que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso deve sexo ao seu/à sua parceiro/a)?

5. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao alcoolizarem-na/o (ou aproveitando-se de si por estar alcoolizada/o)?

6. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao implorando-lhe ou fazendo-lhe sentir pena da pessoa?

7. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao despirem-se à sua frente?

8. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao exporem-lhe as partes íntimas?

9. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao acariciarem os seus órgãos genitais?

10. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da chantagem?

11. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através de algum tipo de ameaça?

12. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da oferta de dinheiro ou de presentes caros?

13. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através do uso da força física?

Anexo VI

Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

(Price, Byres & Dating Violence Research Team, 1999)

Indique a sua opinião:

- 1 = Concordo, fortemente
- 2 = Concordo um pouco
- 3 = Não concordo nem discordo
- 4 = Discordo, fortemente
- 5 = Discordo um pouco

***Atitudes masculinas em relação à violência sexual**

	1	2	3	4	5
1. Quando num encontro um rapaz paga a despesa, para ele é correto pressionar a namorada a ter sexo.					
2. Os rapazes não são proprietários dos corpos das suas namoradas.					
3. Quando os rapazes estão muito excitados, não conseguem evitar ter sexo.					
4. Os rapazes nunca deveriam embebedar as suas namoradas para terem sexo.					
5. Um rapaz não deve tocar a sua namorada a menos que ela queira.					
6. É correto um rapaz forçar a sua namorada a beijá-lo.					
7. Frequentemente, os rapazes têm que ser agressivos com as suas namoradas para as excitarem ou de forma a excitá-los.					
8. Para provar o seu amor, é importante para a rapariga ter sexo com o seu namorado.					
9. Quando uma rapariga entra no quarto de um rapaz, concorda em ter sexo com ele.					
10. Não é grave pressionar uma rapariga a ter sexo.					
11. Não há problema em pressionar uma rapariga a ter sexo, se ela já o fez no passado.					
12. Depois de um casal ter uma relação estável, o rapaz não deve forçar a sua namorada a ter sexo.					

***Atitudes femininas em relação à violência sexual**

1 2 3 4 5

1. Uma rapariga não deveria tocar no seu namorado, a menos que ele queira ser tocado.

2. Não há nada de errado se um rapaz mudar de ideias sobre a ter sexo.

3. Um rapaz deve terminar a sua relação se a sua namorada o forçou a ter sexo.

4. Uma rapariga só deve tocar no seu namorado onde ele quiser ser tocado.

5. Quando um rapaz entra no quarto de uma rapariga, concorda em ter sexo com ela.

6. É correto para uma rapariga forçar o seu namorado a beijá-la.

7. As raparigas nunca deveriam embebedar os seus namorados para terem sexo.

8. Se um rapaz “consentir” em ter sexo enquanto está a beber, ele ainda pode mudar de ideias.

9. Depois de um casal ter uma relação estável, a rapariga não deve forçar o seu namorado a ter sexo.

10. As raparigas nunca deveriam mentir aos seus namorados para terem sexo.

11. Para provar o seu amor, é importante para o rapaz ter sexo com a sua namorada.

12. É correto uma rapariga dizer que ama um rapaz de forma a ter sexo com ele.

Anexo VII

Teste de Associação Implícita - Lista de palavras (Adaptação)

(Eckhardt & Crane, 2014)

Good (Bad)	Tradutor 1 Bom (Mau)	Tradutor 2 Bom (Mau)
Super (Nasty)	Excelente (Desagradável)	Agradável, formidável (Desagradável)
Celebrate (Awful)	Celebração (Horrível ou Terrível)	Celebrar, comemorar, divertida (Horrível, medonho, antipático)
Happy (Humiliate)	Felicidade (Humilhação)	Feliz (Humilhar, rebaixar)
Beautiful (Evil)	Lindo (Mau)	Bonito, belo (Mau, perverso)
Laughter (Failure)	Riso (Falha)	Riso (Falha, insucesso, fracasso)
Wonderful (Agony)	Maravilhoso ou Adorável (Agonia ou Sofrimento)	Maravilhoso, admirável (Agonia, sofrimento, aflição)
Friendly (Horrible)	Amigável (Horrível)	Amigável (Horrível, medonho, sinistro)
Joyful (Painful)	Alegria (Doloroso)	Alegre (Triste)

Bom	(Mau)
Formidável	Desagradável
Celebrar	Horrível
Feliz	Humilhar
Belo	Mau
Riso	Falha
Maravilhoso	Sofrimento
Amigável	Sinistro
Alegre	Dor

Non-Violence (Violence)	Tradutor 1 Não-violência (Violência)	Tradutor 2 Não-violência (Violência)
Quiet (Hit)	Tranquilo ou Calmo (Golpe)	Tranquilo, calado (Critico)
Compromise (Force)	Compromisso (Força)	Compromisso (Coerção, opressão, intimidação)
Cool (Fight)	Fixe ou Harmonia (Luta ou Conflito)	Cool, conciliador, harmonia (Con- flito)
Calm (Attack)	Calma (Ataque)	Calmo (Ataque, agressão, ofensa)
Talk (Assault)	Falar ou Conversar (Ataque)	Conversa (Ataque, agressão)
Peaceful (Destroy)	Pacífico (Destruir)	Tranquilo, pacífico (Arruína, ani- quila)
Serene (Power)	Sereno (Poder)	Sereno (Poder, domínio)
Easy (Battle)	Fácil (Combate ou Guerra)	Descomplicada, fácil (Guerra, conflito, hostilidade, exigente)

Não-violência	(Violência)
Sossegado	Agressão
Compromisso	Intimidação
Harmonia	Conflito
Calmo	Ofensa
Conversar	Discutir
Tranquilo	Destruir
Sereno	Poder
Descomplicado	Hostilidade

Anexo VIII

Teste de Associação Implícita – Bloco de treino e restantes ensaios

(Zuccolotto, Roush, Eschman & Schneider, 2012)

Bloco de Treino	Flores vs. Insetos
Bloco 1	Não-violência vs. Violência
Bloco 2	Bom vs. Mau
Bloco 3	Não-violência – Bom vs. Violência – Mau
Bloco 4	Não-violência – Bom vs. Violência – Mau
Bloco 5	Violência vs. Não-violência
Bloco 6	Violência – Bom vs. Não-violência - Mau
Bloco 7	Violência – Bom vs. Não-violência - Mau

Anexo IX

Pedido de autorização para aplicação da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Lixo | ▾ Varrer Mover para ▾ ... Anular Experimentar a versão beta

Solicitação para Aplicação da Escala de Crenças sobre a Violência Sexual

 **Patrícia Ramos**
sex 28-10-2016, 22:15
scostamartins@gmail.com; +1 ▾  Responder | ▾

Esta mensagem foi enviada com importância alta.

Exma. Dra. Sónia Martins,

Sou aluna do 2º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, na Universidade de Évora e contacto-a no sentido de me autorizar a aplicar a *Escala de Crenças sobre a Violência Sexual* (ECVS).

Assim, no âmbito da minha tese de mestrado pretendo avaliar se existem diferenças relativamente a crenças e a atitudes sexuais que legitimem a violência sexual entre universitários, considerando o género e a experiência de abuso na infância.

Mais informo que estou disponível para enviar-lhe os dados recolhidos bem como as conclusões referentes a estes.

Informo, ainda que, este email foi enviado ao conhecimento da minha tutora e que a mesma se encontra disponível para qualquer esclarecimento.

Agradeço desde já a atenção dispensada.

Anexo X

Tabela 17. *Dscore*

Nº de Sujeito	<i>Dscore</i>				
		33	0,43	66	0,36
1	2,48	34	1,16	67	-0,13
2	-1,93	35	-1,85	68	0,01
3	0,79	36	0,32	69	0,06
4	0,27	37	1,08	70	0,29
5	0,65	38	0,49	71	0,9
6	-0,1	39	0,49	72	0,35
7	0,35	40	1	73	1,5
8	1,08	41	1,9	74	2,41
9	2,35	42	3,23	75	-0,61
10	-1,47	43	1,03	76	-0,73
11	0,87	44	1,22	77	-0,15
12	1,74	45	3,81	78	1,7
13	1,35	46	0	79	1,71
14	0,12	47	1,28	80	-0,58
15	0,31	48	-0,19	81	0,84
16	-0,05	49	1,04	82	0,64
17	1	50	2,8	83	1,88
18	-0,09	51	1,45	84	2,42
19	1,33	52	-0,44	85	1,89
20	0,06	53	0,05	86	5,21
21	1,69	54	0,63		
22	-0,28	55	0,6		
23	0,43	56	1,17		
24	1,85	57	0,69		
25	2,61	58	3,24		
26	-0,39	59	3,78		
27	1,58	60	2,04		
28	0,97	61	3,04		
29	2,66	62	-0,8		
30	0,67	63	0,16		
31	3,47	64	1,28		
32	1,3	65	0,09		